

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA  
UFSM E O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO  
ESTUDANTIL ENTRE 1983-2013**

**MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO**

**Bruna Surdi Alves**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

# **A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFSM E O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ENTRE 1983-2013**

**Bruna Surdi Alves**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Regina da Silva Camara Mauricio da  
Fonseca**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Bacharelado em Serviço Social**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Graduação

**A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFSM E O  
PROTAGONISMO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ENTRE 1983-2013**

elaborada por  
**Bruna Surdi Alves**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Serviço Social**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Laura Regina da Silva Camara Mauricio da Fonseca, Dr.<sup>a</sup>**  
(Presidenta/Orientadora)

**Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)**

**José Francisco Silva Dias, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 04 de dezembro de 2014.

*Dedicado aquelas e aqueles que lutaram e  
continuam lutando pelo direito a entrar, permanecer  
e transformar a Universidade!*

*Moradia não se adia, ocupação é a solução!*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe, prof.<sup>a</sup> Marisangela Surdi, por ter me ensinado a não ter medo de ser quem se é. Por ter me mostrado pelo exemplo, que sempre vale a pena seguir pelo sonho que se tem.

Agradeço ao meu pai, seu Ramão Alves, por ter compreendido minhas escolhas. Obrigada por ter me mostrado pelas estradas da vida, que o mundo não tem fronteiras, que basta apenas desbravá-lo.

Agradeço aos meus irmãos Mateus e Felipe, e a toda minha família por terem respeitado o meu tempo e as minhas escolhas.

Não poderia deixar de agradecer a Diéssica Gaige, minha companheira nessa loucura de sair lá do extremo-oeste catarinense, em busca de um sonho de adolescência. Guria, não foi o que esperávamos, foi muito maior e maravilhoso.

Agradeço as minhas companheiras mais valorosas de militância, Cíntia Florence e Adrielle Manjabosco! Obrigada por terem partilhado tantos momentos tensos e maravilhosos. Agradeço todos os dias por terem cruzado meu caminho, com todo esse feminismo, essa garra e essa alegria!

Agradeço ao meu colega de apartamento Jean Conceição por ter me tolerado mais de um ano no 2241! A revolução também precisará de veterinários de luta!

Agradeço a Prof<sup>a</sup> Caroline Goerck por ter me convencido a permanecer no curso, e por ter me oportunizado um ano de vivência na Vila Jardim, em 2012!

Agradeço a Assistente Social Tânia Maria Flores, por ter resgatado lembranças que foram essenciais para que este trabalho se concretizasse.

Agradeço a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Laura Fonseca, por ter topado esse desafio que é escrever sobre o que vivenciamos em nossa militância social. Obrigada pela motivação!

Agradeço às e aos companheiros(as) da Articulação de Esquerda do PT!

Finalmente, agradeço a todas e todos companheiros(as) de militância! Militantes do Diretório Central dos Estudantes, do Coletivo SOU SUS, do EIV Santa Maria, do Movimento Nacional de Luta por Moradia, do Movimento de Casas do Estudante. Agradeço ao Marcos Lazzaretti e ao Geanmarcos Terra por todas as caronas e vivências que a União Estadual dos Estudantes – LIVRE nos trouxe, e ao Diego Pitirini por ter me convencido a seguir nessa lida! Um abraSUS a todos(as)!

Para os que virão

Como sei pouco, e sou pouco,  
faço o pouco que me cabe  
me dando inteiro.  
Sabendo que não vou ver  
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente  
para não enganar a ninguém:  
principalmente aos que sofrem  
na própria vida, a garra  
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido  
no meu bolso de palavras.  
Sou simplesmente um homem  
para quem já a primeira  
e desolada pessoa  
do singular - foi deixando,  
devagar, sofredamente  
de ser, para transformar-se  
- muito mais sofredamente -  
na primeira e profunda pessoa  
do plural.

Não importa que doa: é tempo  
de avançar de mão dada  
com quem vai no mesmo rumo,  
mesmo que longe ainda esteja  
de aprender a conjugar  
o verbo amar.

É tempo sobretudo  
de deixar de ser apenas  
a solitária vanguarda  
de nós mesmos.  
Se trata de ir ao encontro.  
(Dura no peito, arde a límpida  
verdade dos nossos erros.)  
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,  
e saber serão, lutando.

*Thiago de Mello*

## RESUMO

Monografia de Graduação  
Curso de Bacharelado em Serviço Social  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFSM E O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ENTRE 1983-2013**

AUTORA: BRUNA SURDI ALVES  
ORIENTADORA: LAURA REGINA DA SILVA CAMARA MAURICIO DA FONSECA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 04 de dezembro de 2014.

Este trabalho tem por objetivo realizar uma síntese da trajetória da política de assistência estudantil da UFSM, a partir da participação do movimento estudantil. Este trabalho foi realizado a partir de documentos e registros históricos da instituição, da Diretoria da Casa do Estudante Universitário II e do Diretório Central dos Estudantes, referentes ao período de 1983 a 2013. Valendo-se do método dialético referenciado em Karl Marx, utiliza-se a metodologia qualitativa, tendo como referencial Minayo (2009). Esta pesquisa está estruturada em três etapas: fase exploratória; trabalho de campo; e análise e tratamento do material empírico e documental. A fase exploratória consistiu na construção do objeto, organização do processo de pesquisa como um todo, incluindo o método e as técnicas a serem empregados. É nesta fase em que há a aproximação e aprofundamento acerca do tema em questão. Em seguida, no trabalho de campo, foram contatados os órgãos e entidades de interesse à pesquisa em busca de documentos, atas e registros históricos que serviram de base para este trabalho. Por último, na fase de análise e tratamento do material empírico e documental, foram reunidos e analisados todos estes documentos históricos, sendo produzido e escrito este trabalho, referenciando-se em todo arcabouço teórico inicial. Minayo(2009) segmenta esta fase em três passos: ordenação, classificação e análise dos dados coletados. Após a análise e sistematização dos registros, os dados relevantes foram agrupados em quatro subcapítulos, presentes neste trabalho. Percebeu-se que a década de 1980 é marcada por intensas mobilizações pela ampliação da moradia, tendo como plano de fundo o período de transição entre a Ditadura Militar e a redemocratização do país. A década de 1990, representa o avanço nas normativas internas ligadas a assistência estudantil. Os primeiros dez anos do novo milênio foram de grandes alterações na conjuntura nacional, indo de um contexto de desmonte do ensino superior público, a um processo de expansão massiva de vagas neste setor. A aprovação do decreto 7.234, em 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, representou um marco na consolidação deste direito em nível nacional. Dentre os resultados, pode-se destacar a intensa participação dos estudantes em todos os processos de discussão e avanço em relação a assistência estudantil tanto na UFSM quanto em nível nacional.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Movimento Estudantil. PNAES.UFSM.

## RESUMEN

Monografía de Pregrado  
Curso de Licenciatura en Trabajo Social  
Universidad Federal de Santa Maria

### **LA TRAYECTORIA DE LA ASISTENCIA DEL ESTUDIANTE Y EL PROTAGONISMO DEL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL ENTRE 1983- 2013**

AUTORA: BRUNA SURDI ALVES

ORIENTACIÓN: LAURA REGINA DA SILVA CAMARA MAURICIO DA  
FONSECA

Fecha y data de defensa: Santa Maria, 04 de diciembre de 2014.

Este trabajo tiene el objetivo de realizar una síntesis de la trayectoria de la política de asistencia del estudiante de la UFSM y la participación del movimiento estudiantil. Este trabajo se llevó a cabo a partir de documentos históricos y registros de la institución, el Directorio de la Casa del Estudiante Universitario II y el Directorio Central de Estudiantes, para el período comprendido entre 1983 y 2013. Basándose en el método dialéctico que se hace referencia en el Karl Marx, utiliza una metodología cualitativa, utilizando como referencia Minayo (2009). Esta investigación se estructura en tres fases: fase de exploración; trabajo de campo; y el tratamiento y análisis de material empírico y documental. La fase de exploración consistió en la construcción del objeto, la organización del proceso de investigación en su conjunto, incluido el método y las técnicas a emplear. Es en esta etapa que hay una más estrecha y profunda sobre el tema en cuestión. Luego, en el trabajo de campo, se estableció contacto con los órganos y entidades de interés en la búsqueda de documentos, actas y registros históricos que sirvieron de base para este trabajo. Por último, en la fase de análisis y tratamiento de la materia empírica y documental, fueron reunidos y analizados todos estos documentos históricos que se producen y escriben este trabajo, haciendo referencia en todo el marco teórico inicial. Minayo (2009) segmenta esta fase en tres pasos: ordenamiento, clasificación y análisis de los datos recogidos. Tras el análisis y sistematización de datos y registros de los hechos, se agruparon en cuatro subcapítulos presentes en esta obra. Se observó que la década de 1980 se caracterizó por intensas movilizaciones por la expansión de la Casa, que tiene como fondo el período de transición entre la Dictadura Militar y la democratización del país. El 1990, es el avance en los reglamentos internos relacionados con la asistencia de los estudiantes. Los primeros diez años del nuevo milenio hubo cambios significativos en la situación nacional, que van desde un contexto de desmantelamiento de la educación superior pública y un proceso de expansión masiva de puestos de trabajo en este sector. La aprobación del decreto 7234 de 2010, por el Programa Nacional de Asistencia al Estudiante, un hito en la consolidación de este derecho a nivel nacional. Entre los resultados, podemos destacar la participación intensa de los estudiantes en todos los procesos de discusión y los avances en relación con la asistencia del estudiante tanto en UFSM como en nivel nacional.

**Palabras clave:** Asistencia Estudiantil. Movimiento Estudiantil. PNAES.UFSM.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cidade Universitária de Santa Maria.....	33
Figura 2: Ex – Reitor Armando Vallandro.....	44
Figura 3: Ex – Reitor Gilberto Aquino Benetti.....	44
Figura 4: Recorte de Jornal A Razão, 24, 25,26/03/1989.....	46
Figura 5: Manifestações pelo transporte, 1987.....	47
Figura 6: Ex – Reitor Tabajara Gaúcho da Costa.....	49
Figura 7: Ex – Reitor Odilon A. Marcuzzo do Canto.....	50
Figura 8: Ex – Reitor Paulo Jorge Sarkis.....	50
Figura 9: Manifestação da CEU II, 1991.....	52
Figura 10: Manifestação da CEU II, 1991.....	52
Figura 11: Ilustração enviada ao Jornal Pombo Correio.....	59
Figura 12: Mapa representativo da localização do CESNORS em relação ao Campus Sede.....	63
Figura 13: Fila para entrar no Restaurante Universitário – Campus.....	67
Figura 14: Assembleia Geral de aprovação da Greve Estudantil da UFSM.....	72

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Relação de matrículas e estudantes beneficiados/UFSM 2002-2013.....66

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação de Matrículas das Instituições de Ensino do Brasil Entre 1991-2012.....	69
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEU	Casa do Estudante Universitário
CA	Centro Acadêmico
CEB	Conselho de Entidades de Base
CESNORS	Centro de Educação Superior Norte – RS
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONSU	Conselho Universitário
DA	Diretório Acadêmico
DAG	Departamento de Arquivo Geral
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DERCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
HUSM	Hospital Universitário de Santa Maria
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCE	Movimento de Casas do Estudante
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAE	Núcleo de Atenção ao Estudante
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROJUR	Procuradoria Jurídica
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SAMES	Setor de Acompanhamento de Moradia Estudantil
SATIE	Setor de Atenção Integral ao Estudante
SBSE	Setor de Benefício Socioeconômico
SECERS	Secretaria de Casas do Estudante do Rio Grande do Sul
SENCE	Secretaria Nacional de Casas do Estudante
SESu	Secretaria de Educação Superior
TAE	Técnico-administrativo em Educação
UDESSM	Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins
UEE	União Estadual dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. ENTRE A PESQUISA E A PESQUISADORA: METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
<b>2. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....</b>	<b>21</b>
2.1 Breve Histórico da Educação no Brasil .....	21
2.2 Assistência Estudantil .....	24
2.3 Movimento Estudantil .....	27
<b>3. UM BREVE RELATO SOBRE A UFSM .....</b>	<b>32</b>
<b>4. ENTRE GREVE E OCUPAÇÃO SE CONSTRÓI RESOLUÇÃO! .....</b>	<b>38</b>
4.1 Década de 1980: Moradia Não Se Adia, Ocupação É a Solução! .....	40
4.2 Década de 1990: Normatizar ou Deixar Estar: Eis a Questão .....	48
4.3 Anos 2000: das Grandes Greves às Grandes Conquistas .....	59
4.4 A Conquista do PNAES/2010 e o Desafio das Universidades Federais .....	68
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

A escolha por este projeto de pesquisa tem, sobretudo, um caráter militante. A participação da pesquisadora no Movimento Estudantil, principalmente no período de agosto de 2011 a dezembro de 2012, no qual compôs a gestão da Diretoria da Casa do Estudante Universitário – 2 (CEU 2)<sup>1</sup> da UFSM, influenciou em grande parte a definição por este tema como referência e síntese do processo de graduação. Foi a partir desta vivência que a mesma entrou em contato com o debate acerca da Assistência Estudantil, das políticas e programas existentes, bem como do próprio Movimento de Casas do Estudante (MCE).

Este envolvimento com a assistência estudantil se deu a partir da vivência como usuária do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e sendo estudante de Serviço Social da referida instituição teve como uma de suas bases a formação sobre políticas públicas e sociais. A partir dessas considerações, acredita-se ser este, um trabalho inédito e relevante, do ponto de vista da participação social e do processo de formação política dos estudantes beneficiários desta política.

Do ponto de vista da produção teórica e sistematização de experiências, esta pesquisa tem potencial de levantar dados e realidades acerca desta política na UFSM, trazendo à tona um aspecto pouco levado em conta, que é a participação dos estudantes. Sendo a participação social eixo estruturante na consolidação de políticas públicas no Brasil, acredita-se ser este um estudo de grande relevância, principalmente para o segmento estudantil que tem parte de sua história resgatada e para a instituição que tem a oportunidade de retomar subsídios que podem vir a auxiliar seu processo de gestão e planejamento.

O Serviço Social tem acumulado acerca do tema dos movimentos sociais e a participação social na proposição e implementação de políticas públicas. Por estar intimamente ligado à relação sujeitos-Estado, o profissional assistente social é elemento chave em todos os processos de construção, implementação e avaliação de políticas públicas e sociais.

---

<sup>1</sup> Esta Diretoria é escolhida a partir de eleições anuais de chapas, onde todos os moradores tem direito de votar e serem votados.

O valor ético norteador do projeto ético-político profissional do assistente social é a liberdade, o que leva a afirmar o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. A sua proposta é contribuir na construção de um projeto societário alternativo, que busca a superação das formas de exploração e de dominação de classe, etnia e gênero (BOSCHETTI; TEIXEIRA, ANO, p. 04).

Boschetti e Teixeira trazem à tona a questão do projeto societário que embasa o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social. É a partir dessa visão de homem e de mundo, que este trabalho se propõe a duas questões centrais: evidenciar a constituição da assistência estudantil da UFSM e visibilizar o movimento estudantil enquanto sujeito coletivo, na sua relação com a trajetória institucional.

Neste trabalho, serão trabalhadas categorias de análise muito diversas e amplas, sendo estas a assistência estudantil, o movimento estudantil, política pública de educação e participação social. Para que seja possível a construção desta trajetória sem que se percam processos históricos importantes e, ao mesmo tempo, que seja possível perceber cada uma destas categorias em constante interação, será utilizado o método dialético referenciado em Karl Marx.

Para facilitar a compreensão das categorias em si e também sua interação ao longo do período de 1983 a 2013, este trabalho será dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro, responsável pela apresentação do método e da metodologia empregados nesta pesquisa. Serão apresentados o método dialético de Marx e a técnica de coleta dos dados baseando na metodologia de pesquisa qualitativa proposta por Minayo (2009).

O segundo capítulo apresentará uma síntese da educação superior no Brasil até os dias atuais, bem como apresentará os conceitos e autores utilizados para definir assistência estudantil e movimento estudantil.

No terceiro capítulo será apresentada a instituição ao qual este trabalho se debruça, a Universidade Federal de Santa Maria. Além disso, será apresentada a trajetória da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), no que tange os aspectos jurídico-legais.

O quarto e último capítulo é o principal e mais denso deste trabalho, pois abarca a sistematização dos dados e a análise documental, que é o propósito desta pesquisa. Será subdividido em quatro outras partes de acordo com as décadas-referência, onde serão detalhados os principais fatos que envolvem a assistência estudantil e o movimento estudantil.

A partir desta conceituação e caracterização, ressalta-se, que este trabalho trará relatos e documentos referentes às gestões do DCE e das Diretorias das CEUs da UFSM, em específico no campus-sede em Santa Maria. Além disso, este trabalho apresenta o desafio de estudar a participação destes estudantes compreendendo a conjuntura política e a relação entre os grupos políticos que disputam este campo político no período de 1983 e 2013.

É importante ressaltar que este trabalho não é estanque, mas sim, o pontapé para uma sistematização mais detalhada acerca desta trajetória, seja no âmbito institucional ou no âmbito estudantil. Compreende-se que é tarefa do pesquisador ser um inovador, trazendo à tona novas questões para sejam socialmente aprofundadas.



## 1. ENTRE A PESQUISA E A PESQUISADORA: METODOLOGIA

A pesquisa em Ciências Sociais, como abordada por Minayo (2006), tem uma especificidade própria. O objeto de pesquisa nas Ciências Sociais é essencialmente histórico, está em constante interação com a realidade e com o movimento da sociedade. Para tanto, o método de pesquisa e compreensão da realidade em questão, deve dar conta das demandas impostas pelo próprio objeto.

Este trabalho tem por base teórica o método dialético, que tem como pensador principal o alemão Karl Marx (1818-1883). A partir do método dialético, pode-se compreender a realidade em constante interação e superação. Hegel propõe uma análise do método dialético a partir do esquema “tese – antítese – síntese”. A tese configura-se na realidade como ela se apresenta, dentro de si mesma a tese guarda a própria negação, ou seja, novos ponto de vista. A partir deste processo de negação, surge uma nova síntese, que coloca-se como o resultado deste processo crítico, originando uma nova tese (FOUREZ, 1995, p. 37).

Diante disso, são levadas em consideração as principais categorias do método dialético: totalidade, historicidade e contradição. Estas categorias trazem à tona a realidade como um processo histórico, que não pode ser vista somente como a soma das partes, mas numa visão total, percebe-se que as partes estão em constante interação, e é destas relações que o todo social se constrói.

Esta pesquisa tem um objetivo relativamente amplo, além de serem elencados uma grande quantidade de elementos a serem analisados (como Movimento Estudantil, política de assistência estudantil, Estado e políticas públicas). Assim, a partir do método dialético, é possível analisar de forma específica cada uma das partes, compreendendo que estão em constante interação e contradição entre si, e que ao mesmo tempo, constroem o quadro geral deste recorte social.

Quanto a metodologia, neste trabalho, opta-se pela qualitativa, baseado principalmente no conceito colocado por Minayo,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Este conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Assim, a opção pela pesquisa qualitativa em detrimento da pesquisa quantitativa, se deve pela própria finalidade deste trabalho, que tem como objetivo sintetizar a trajetória da assistência estudantil e não mensurá-la. Como se trata de reconstruir a partir de fatos e registros, a abordagem qualitativa se torna a metodologia mais indicada e capaz de retratar de forma mais completa esta realidade.

Outro aspecto metodológico a ser ressaltado, é a interação pesquisadora – realidade e os aspectos éticos de pesquisa. Minayo aborda a discussão sobre o pesquisador como observador e participante, desde que não está isento de opinião. Coloca, entretanto, que neste ponto, o referencial metodológico é o ponto chave na execução de uma pesquisa. A autora ainda traz a contribuição de Lênin, que considera a método parte essencial no levantamento da realidade, em constante interação com o desenvolvimento da pesquisa. Conforme Lênin (1965) apud Minayo (2009) o método não é a forma exterior, é a própria alma do conteúdo porque ele faz a relação entre o pensamento e a existência e vice-versa.

Considera-se, neste trabalho, a necessidade em deixarem-se nítidos os instrumentos e técnicas a serem utilizados, além do posicionamento político e localização da pesquisadora no cenário a ser pesquisado. Não se considera prejudicial para esta pesquisa, o envolvimento da pesquisadora aos fatos a serem desvelados. Mannheim (1968) apud Minayo(2006) traz à tona a participação do observador como um fato a ser valorizado e aproveitado, pois em se tratando de Ciências Sociais, o próprio pesquisador torna-se pesquisado, desde que não está alheio a sociedade.

Para se trabalhar com ciências sociais é necessário participar do processo social. Mas essa participação no inconsciente coletivo não significa, de modo algum, que se falsifiquem os fatos ou que eles sejam vistos incorretamente. Pelo contrário, a participação no contexto vivo da vida social é uma pressuposição da compreensão da natureza interna de seu conteúdo. O desprezo pelos elementos qualitativos e a completa restrição da vontade não constitui objetividade e sim negação da qualidade essencial do objeto (MANNHEIM, 1968, apud MINAYO, 2006, p. 22)

Minayo (2009, p.26) sintetiza os passos de uma pesquisa em 3 (três) fases, que compõe um ciclo de pesquisa, um processo em espiral que “começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações”. Estas três fases se estruturam da seguinte forma: fase

exploratória; trabalho de campo; e análise e tratamento do material empírico e documental.

Esta pesquisa foi organizada de acordo com estas três fases. A fase exploratória consistiu na construção do objeto, organização do processo de pesquisa como um todo, incluindo o método e as técnicas a serem empregados, bem como o próprio cronograma. É nessa fase em que há a aproximação e aprofundamento acerca do tema em questão, apropriando-se dos principais autores.

Em seguida, no trabalho de campo, foram contatados os órgãos e entidades de interesse a pesquisa em busca de documentos, atas e registros históricos que serviram de base para este trabalho. Tratando-se de documentos e registros antigos, alguns de difícil acesso, pode-se afirmar que esta fase compreende uma espécie de “garimpagem” em busca do material necessário.

Por último, na fase de análise e tratamento do material empírico e documental, foram reunidos e analisados todos estes documentos históricos, sendo produzido e escrito este trabalho, referenciando-se em todo arcabouço teórico inicial. Minayo (2009, p.26) segmenta esta fase em três passos: ordenação, classificação e análise dos dados coletados.

Compreende-se aqui que os documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre este mesmo contexto” (Ludke; André, 1986, p. 39). Desse modo, neste trabalho, os documentos se tornam peças de um mosaico a ser construído. É a partir desta consulta detalhada que vão surgindo novas informações e, ao mesmo tempo, são estes documentos “uma fonte estável e rica de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (Guba; Lincoln, 1985, apud Ludke; André, 1986, p. 39).

Dentre os documentos e normativas institucionais, destacam-se as resoluções de regulamentação das Moradias Estudantis, bem como as atas e pareceres onde estas foram aprovadas. Considera-se importante a análise destes documentos e até mesmo dos processos completos, pois nestes se encontram argumentos e posições importantes do Movimento Estudantil nos momentos de importantes decisões, como no caso da aprovação da resolução de moradia.

Para o acesso a estes arquivos, foi necessário contatar o setor responsável, neste caso o Departamento de Arquivo Geral (DAG), no subsolo do prédio da Reitoria, bem como a própria secretaria dos Conselhos Superiores, que

disponibilizou cópias dos documentos requeridos. Por meio de uma solicitação formal, foi possível ter acesso a boa parte dos arquivos, sendo alguns disponibilizados diretamente pela Pró Reitoria.

Quanto aos arquivos do Movimento Estudantil, se destacam as atas da Diretoria da CEU 2, os panfletos de eleições e manifestos<sup>2</sup>, além de fotos de ocupações, greves e manifestações. Estes documentos foram disponibilizados pela Direção da CEU 2, mediante assinatura de termo de responsabilidade escrito pela pesquisadora, como forma de manter uma relação de confiança com as entidades, desde que se tratam de arquivos importantes da história do Movimento de Casas do Estudante e do ME em geral.

Em relação aos arquivos do DCE, parte considerável foi resgatada da sala onde se encontram os documentos e arquivos da entidade, junto ao auditório, no prédio da CEU 1, no centro de Santa Maria, RS. Estes arquivos não se encontram em ordem cronológica, o que dificultou o acesso a determinados documentos de interesse da pesquisadora, como manifestos referentes às Jornadas pela Assistência Estudantil. Informações mais recentes foram recuperadas a partir de blogs, sites na internet e páginas nas redes sociais, todas devidamente referenciadas.

Como já apresentado, como se trata de um número expressivo de documentos de diversas origens e natureza/finalidade, é necessário um processo de sistematização eficaz. Foram organizados inicialmente, os arquivos por origem: atas e pareceres dos Conselhos Superiores (DAG e Secretaria dos Conselhos); panfletos, manifestos e arquivos fotográficos referentes ao Diretório Central dos Estudantes; resoluções referentes a assistência estudantil e Moradia Estudantil (consulta online e DAG) e; por último, as atas e panfletos referentes as Direções das Casas do Estudante.

A partir disso, foram fichados os documentos, apresentando o assunto, o ano, os segmentos e entidades envolvidos, e principais trechos a serem destacados. Quanto a análise dos documentos, atenta-se para um conflito teórico. Bardin (2011) considera a análise documental “um tratamento da informação contida nos documentos acumulados” e tem por objetivo “dar forma conveniente e apresentar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação”. A

---

<sup>2</sup> Manifestos refere-se a cartas pública à Comunidade Universitária, seja de conteúdo contestatório, de mobilização, reivindicação ou informação.

autora destaca a análise de conteúdo em detrimento a análise documental, e neste ponto, há de se concordar com Prates e Prates, que “o processo de análise pressupõe mais do que a simples ou mesmo complexa condensação de conteúdos” (2009, p.120).

Finalizado o fichamento, foi realizada a análise e a consequente construção deste mosaico, sistematizando os processos histórico-sociais a partir dos recortes documentais. É preciso retomar, que foram adotadas como instrumentos a pesquisa bibliográfica e a análise documental, estando a compreensão dos fatos regidos pelo método dialético.

Os processos históricos serão elencados e aprofundados no último capítulo, garantindo uma visão particular de cada registro, bem como a historização da assistência estudantil como política pública, mesmo que não institucionalizada como tal. Assim, o capítulo de análise e compreensão dos dados coletados se organizará como uma espécie de “linha do tempo”<sup>3</sup>, que aponta os principais fatos e momentos neste recorte temporal de 1983-2013 que são considerados importantes para a finalidade deste trabalho.

Como já apontava Prates (2009),

o entendimento (inteligência) analisa, separa, divide e deve fazê-lo. A razão une, agrupa, esforça-se por encontrar o conjunto e a relação. Mas a contradição entre o entendimento e a razão renasce sempre e deve sempre renascer; e isto porque incessantemente o entendimento deve separar e a razão unir (LEFEBVRE, 1991, apud PRATES; PRATES, 2009, p. 119)

Para finalizar, é importante ressaltar, que os resultados obtidos pela pesquisa, por uma questão de compromisso ético profissional, serão devolvidos à instituição pesquisada, no caso aos representantes da PRAE e da UFSM. A devolução se dará inicialmente com a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, a ser agendada e divulgada após a confirmação da Banca Avaliadora. Em um segundo momento, serão divulgadas as publicações científicas decorrentes deste trabalho.

*“E se fosse pra ter medo dessa estrada, eu não taria tanto tempo, nessa caminhada.”  
– Criolo<sup>4</sup>*

---

<sup>3</sup> É preciso pontuar, entretanto, de que a autora não utiliza o conceito de história como um processo linear, mas se baseia em uma “linha temporal” para poder organizar de forma objetiva os diferentes recortes e processos.

<sup>4</sup> Música “Lion Man”, de autoria de Criolo.

## 2. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Toda e qualquer análise da realidade, em qualquer período, pressupõe uma revisita aos processos históricos anteriores. É a partir da percepção da história como um processo que percebemos no fato de hoje, as circunstâncias criadas pelo ontem, pelos próprios homens. Como Marx (2011, p. 25) já apontava, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

### 2.1 Breve Histórico da Educação no Brasil

O histórico da educação no Brasil está intrinsecamente ligado ao contexto sócio político de cada período. Foi a partir do início do século XIX, com a fuga<sup>5</sup> da corte real ao Brasil, que se inicia um processo de expansão da educação, passando a ser responsabilidade de cada província manter o ensino básico e técnico, ficando o Império responsável pela abertura dos primeiros cursos superiores do Brasil. De acordo com Malacarne (1997), esta iniciativa de tornar o ensino superior responsabilidade da governança nacional, acabou prejudicando a educação como um todo, “com isso novamente elitiza-se a educação haja visto que se passa a incentivar muito mais os cursos superiores do que os demais níveis”.

Este panorama permaneceu com a República, e somente foi alterado, com a maior popularização, a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1934)<sup>6</sup>, em que a classe média passou a acessar o Ensino Superior (neste período sendo criadas as primeiras Universidades) e as classes populares, o ensino primário. Na Constituição de 1934, passou a constar a educação como direito a ser gerido pela União. Neste período, a educação superior tinha por objetivo central a formação de

---

<sup>5</sup> Refere-se a vinda da Corte Real Portuguesa como “fuga” compreendendo, que o principal motivo para tal ato se deu pela invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal em 1808.

<sup>6</sup> Getúlio Dornelles Vargas, nascido em São Borja – RS, foi presidente no período de 1930 a 1945 eleito de forma indireta, sendo o período de 1937 – 1945 um governo ditatorial. Anos após, em 1950 é eleito de forma direta, presidindo até 1954, quando por pressão política na época, suicida-se em 24/08/1954. Dentre suas contribuições políticas, houve um intenso processo de industrialização do Brasil, o avanço nos direitos trabalhistas à época com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a criação da Petrobrás (Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/biografia-periodo-presidencial>).

trabalhadores qualificados para os principais postos de trabalho, em contrapartida ao Ensino técnico, que caminhava *pari passu* a modernização tecnológica e industrial.

A Ditadura Militar (1964-1985)<sup>7</sup> auxiliou no processo de expansão das Universidades, entretanto, abriu em grande escala, instituições de ensino privadas. Além disso, foi durante este processo político que se operou uma Reforma Universitária que “departamentalizou” e segmentou o ensino dentro da Universidade, contrariando os processos que vinham sendo construídos em nível nacional, principalmente com a experiência da Universidade de Brasília – UnB a partir do sociólogo Darcy Ribeiro<sup>8</sup>.

Após a democratização do país, um grande período de mobilizações fez avançar o debate sobre políticas públicas, inaugurando uma nova leva de direitos, os direitos sociais. A partir da Constituição Federal de 1988, considerada a “Constituição cidadã”, a educação passou a ser considerada direito universal, de acesso gratuito a todos (as), dever do Estado e da família.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Este período de mobilizações propiciou a rearticulação dos Movimentos Sociais em geral e também no que tange a pauta da educação. Pelos intensos debates políticos, algumas pautas obtêm visibilidade nacional, como a Reforma Agrária, defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e a Reforma Sanitária encabeçada pelos movimentos sanitaristas de profissionais e lideranças comunitárias. Todo esse clima de mobilização, entretanto, foi abafado pela implementação e aprofundamento do projeto neoliberal ainda no início dos anos 80, perdurando até início dos anos 2000. Este projeto, que teve seu ápice nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo uma nova configuração do capitalismo, implantado na América Latina principalmente nos períodos Ditatoriais.

No neoliberalismo, o papel do Estado é reduzido, ficando responsável pela implementação de políticas sociais focais e desarticuladas, que em seu limite, garantam a manutenção da classe trabalhadora. Além disso, ocorre um violento

---

<sup>7</sup> “A Ditadura Militar durou 21 anos. Iniciou-se em 31 de março de 1964 com o golpe que depôs o presidente João Goulart e teve seu fim com a eleição indireta (via Colégio Eleitoral) de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985” (GHIRALDELLI JR., 1994).

<sup>8</sup> Darcy Ribeiro, natural de Montes Claros (MG), antropólogo e educador, foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), sendo seu primeiro reitor.

processo de privatização dos serviços públicos do Estado, como a Companhia Vale do Rio do Doce (mineradora) e a Telebrás (companhia de telecomunicações).

Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder, sob inspiração liberal, conclama-se a necessidade de reduzir a ação do Estado para o atendimento das necessidades das grandes maiorias mediante a restrição de gastos sociais, em nome das chamadas crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública[...] (IAMAMOTO, 2011, p; 178)

Este cenário sofre uma alteração considerável a partir dos governos de Luís Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff<sup>9</sup>. Apesar de não romper de fato com a política neoliberal, muito menos com as investidas do capital externo rumo à privatização da educação, houve avanços significativos no acesso ao Ensino Superior desde então.

Numa política calcada na interiorização e na expansão no número de vagas no Ensino Superior, estes governos ampliaram de forma massiva o número de cursos e Instituições Federais de Ensino Superior, a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI<sup>10</sup>, em 2007 possibilitando a entrada de um número expressivo de estudantes, se comparado ao período anterior (em 2003 era 109.184 vagas e em 2011, 231.530 vagas).

Esta expansão está calcada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), através do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”<sup>11</sup>. Esta foi uma das críticas, principalmente por parte dos teóricos da área da educação, que consideram a o PDE como um mero conjunto de metas a ser alcançado, do ponto de vista mais administrativo que social.

Além disso, neste processo de expansão criou-se o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) em 2005, que visa subsidiar vagas em Universidades e Instituições de ensino privadas ou comunitárias. Comparando, pode-se dizer que seria a manutenção de vagas nestas instituições pelo poder público, trazendo à tona o debate da relação público-privado no que tange a oferta dos serviços por parte do governo.

Apesar de significarem um avanço à primeira vista, estes programas são recheados de contradições e falhas, além de terem sido implementados de forma

---

<sup>9</sup> Ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo Lula presidido entre 2003 e 2010, e Dilma entre 2011 e 2014, sendo reeleita.

<sup>10</sup> Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

<sup>11</sup> Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.



dura, sem ampla construção com os setores e movimentos sociais interessados. Outro ponto questionado pelos movimentos sociais de educação é o descompasso entre a expansão do número de vagas e o recurso necessário para a garantia de permanência destes estudantes, por meio da assistência estudantil.

Os desafios atuais na garantia de um Ensino Superior público, universal e de qualidade, perpassam principalmente pelo modelo de educação em vigor. É necessário perceber quais perfis de profissionais estão sendo formados, se estão sendo formados para a sociedade ou meramente ao mercado de trabalho. É imprescindível que se repense a que(m) serve este modelo de formação.

## **2.2 Assistência Estudantil**

A Constituição Federal, em seu artigo 206, especifica os princípios aos quais o ensino será ministrado, sendo o primeiro, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Entretanto, apesar de estarem garantidos na Constituição, os mecanismos para sua operacionalização, por muito tempo, não foram pauta de discussões em nível de políticas públicas. Considera-se, neste ponto, que este princípio tem como materialização uma política de assistência estudantil, voltada à permanência destes sujeitos nas instituições de ensino, a partir da garantia de igualdade de condições.

Sendo a educação formal<sup>12</sup> um direito garantido na Constituição, e socialmente vista como instrumento de ascensão social, a partir da inserção no mercado de trabalho, os mecanismos de permanência dos estudantes nas instituições de ensino se colocam como cruciais na inclusão social das classes “subalternas”. Malacarne aborda a assistência estudantil como um processo contraditório, sendo por um lado, uma concessão do Estado com vias de controle das classes populares, e por outro lado, um potencializador de cidadania.

Calcada na desigualdade social, resultante das desigualdades econômicas, cria-se a política do minimamente indispensável à sobrevivência. Paralela a esta política de controle, encontramos a política emancipatória que além de proporcionar benefícios, promove a libertação da mão daquele que lhe fornece os mesmos (MALACARNE, 1997, p. 29).

---

<sup>12</sup> “A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação.” (GADOTTI, 2005, p. 2)

A contradição existente na concepção das políticas públicas se configura como um campo aberto de disputa política. Esta disputa está fundada nas visões de homem e de mundo que estão em permanente acirramento.

Em relação à assistência estudantil, as principais forças envolvidas são: os estudantes organizados ou não em entidades do ME; o Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE<sup>13</sup> e, o Governo Federal através do Ministério de Educação e Secretaria de Ensino Superior – SESu. Dessa forma, percebe-se que existem segmentos ligados a institucionalidade das estruturas do Estado, bem como organizações sociais, que em diversos momentos da história estiveram em lados opostos assim como, por vezes, atuando “na mesma trincheira”.

Considera-se, que da parte do FONAPRACE e do ME, as disputas mesmo que existentes, tiveram e continuam tendo um cunho construtivo. Este fato se justifica, principalmente pelo empenho do FONAPRACE em avançar institucionalmente na garantia de uma política nacionalizada para a Assistência Estudantil. Abaixo, um trecho do livreto “Vocalistas do amanhã: um compendio da diversidade estudantil”, produzido pelos participantes do Encontro Nacional de Casas do Estudante em 2008, em parceria com a UFSM. Percebe-se a compreensão do MCE quanto a contribuição do FONAPRACE na visibilização das necessidades estudantis, no que se refere a permanência.

Esse foi um período de aproximação do MCE ao FONAPRACE, quando representantes da SENCE começam a participar das reuniões nacionais e regionais do Fórum. O movimento, assim, foi criando e ocupando mais espaços de atuação política.[...] O FONAPRACE realizou importantes trabalhos em benefício da assistência estudantil nas universidades, no final dos 90 início da década posterior. Refiro-me a duas pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES. Um material importantíssimo para justifica a necessidade da assistência estudantil. (NETO, 2008, p. 58)

Essa aproximação repercute na visibilidade desta pauta em nível nacional. Com a entrada de Luis Inácio “Lula” da Silva, em 2003, no Governo Federal, esperava-se um avanço considerável no que tange a educação como um todo, o que não acabou acontecendo. Entretanto, em 2007, a partir das movimentações do Movimento Estudantil, frente ao processo de Reforma Universitária proposta pelo

---

<sup>13</sup> O FONAPRACE foi instalado entre os dias 21 a 23 de outubro de 1987, no III Encontro Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, em Manaus/AM, estando presentes à época, 27 representantes de Pró Reitorias de todo o Brasil.

MEC<sup>14</sup>, o Governo Federal instituiu a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Este Programa se concretiza como lei, a partir de 2010, quando é relançado na forma do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que torna o PNAES uma política pública. Assim como a portaria anterior, o decreto especificou as ações prioritárias a serem implementadas nas IFES, deixando a cargo das instituições definirem a forma de seleção.

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010)

Um item interessante, ao qual pretende-se aprofundar neste projeto, é o que se refere no artigo 4º deste decreto, em relação a participação estudantil.

Art. 4º - As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e **aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente** (BRASIL, 2010, grifo nosso).

O artigo de certa forma garante a participação estudantil na proposição de áreas estratégicas de investimento na Assistência Estudantil, mas não especifica a forma como se dará esta participação. Entretanto, sabe-se que de forma geral, o Movimento Estudantil historicamente debate este tema em quase todos seus fóruns de discussão e entidades representativas.

Considerando, que a assistência estudantil se configura como uma política pública, podemos entender os estudantes como usuários desta política, tendo o direito a participação em sua proposição, operacionalização e avaliação. Esta participação se dá tanto fora da institucionalidade (através de manifestações, ocupações, negociações), como nos espaços legais garantidos nas IES, como Conselhos Superiores, Colegiados, Comissões.

---

<sup>14</sup> A proposta do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), implementado em 2007, foi amplamente combatido pelo ME, em razão da forma como foi construído e debatido com os movimentos sociais.

Existem vários estudos acerca da participação do Movimento Estudantil Universitário brasileiro nos processos políticos em nível nacional, principalmente no que trata das políticas de Educação<sup>15</sup>. Contudo, são poucos os relatos acerca da participação estudantil na construção da política de assistência estudantil.

### **2.3 Movimento Estudantil**

Considera-se o Movimento Estudantil (ME) como um movimento social, desde que tem pautas específicas e formas de organização próprias. Compreendem-se aqui, os Movimentos Sociais, a partir da conceituação de Gohn (2008), “nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Em seu histórico, o ME acumula pautas tanto no campo da Educação, quanto as questões gerais da sociedade.

O ME, no caso universitário em específico, tem formas organizativas e características muito próprias. Serão tratados a partir daqui sobre o Movimento Estudantil Universitário, compreendendo que este é o foco deste trabalho. De acordo com Fonseca (2008)<sup>16</sup>, podem se destacar três características principais, relativas principalmente a condição dos militantes do ME: policlassista, transitório e conjuntural. É preciso ressaltar, entretanto, que não se refere ao ME em si, mas a forma de organização e as características socio-históricas de seus membros.

As universidades e o Ensino Superior como um todo no Brasil não abarcam somente os sujeitos de uma mesma classe social, sendo que estes podem ter objetivos e papéis muito diversos. Este fato reflete na composição e nas pautas do próprio Movimento Estudantil. Sendo assim, as principais pautas do ME são a estrutura da universidade, os projetos de educação e demais pautas reivindicatórias específicas do ensino superior. Sendo as opiniões políticas e as ideologias o campo das disputas, tornam o ME um espaço muito intenso de debates sobre a concepção de mundo e sociedade.

Diferente de outros movimentos sociais, como o sindical e de mulheres, os militantes do Movimento Estudantil participam durante um curto espaço de tempo,

---

<sup>15</sup> Vide CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro; FONSECA, Mônica Padilha; KOWALSKI, Aline Viero; MALACARNE, Vilmar; PETRÓ, Cleber Monticelli.

<sup>16</sup> Monografia de Graduação em Pedagogia na Universidade de Brasília, “O Movimento Estudantil como espaço dialógico de formação”.

em raros casos estendendo-se para mais de 10 anos, ficando a média entre 4 a 6 anos. Isso leva o ME a ter uma rotatividade muito grande de seus militantes, o que prejudica a possibilidade de um repasse de experiência e acúmulos de forma qualificada.

O último aspecto a ser destacado, é a dificuldade que o Movimento Estudantil tem em alterar a conjuntura social a partir de suas pautas específicas vinculadas a educação e a estrutura das instituições de ensino. Para exemplificar, a autora Fonseca compara ao MST, que no período dos anos 80 conseguiu expandir a sua pauta da Reforma Agrária nacionalmente. Ao contrário do imaginário popular, o movimento “Fora Collor”, que teve grande protagonismo estudantil, não tinha como pauta principal o ponto da educação, mas sim o impeachment do então presidente Collor.

Para além de suas características, o Movimento Estudantil possui formas de organização próprias, vinculadas principalmente à estrutura organizacional das universidades. A organização inicia da base, a partir dos cursos que são representados pelos Diretórios Acadêmicos, ou Centros Acadêmicos (DA ou CA). Os DAs tem como objetivo representar os estudantes de um determinado curso, levando adiante as suas pautas específicas.

Abrangendo um número maior de estudantes, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) representa os discentes de uma instituição como um todo, ou em alguns casos, os estudantes de um campus universitário<sup>17</sup>. O DCE tem um papel central nas disputas internas da universidade, além de ser uma ferramenta de articulação com os demais movimentos sociais em nível local e regional.

Em nível regional ou estadual existe, na maioria dos estados, as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE). As UEEs tem tarefa de articular os DCEs pautando as questões do ME em nível de estado, sendo uma entidade estratégica no diálogo entre os DCEs e com a própria União Nacional dos Estudantes (UNE).

Fundada em 1937, a UNE teve e tem um papel muito importante da mobilização estudantil em nível nacional. Como já apontado, a UNE tem um histórico de participação nos principais processos políticos do Brasil no último século, principalmente no que tange os grandes debates nacionais. Seja na campanha “O

---

<sup>17</sup> Estes casos se tornaram recorrentes no contexto de expansão e interiorização das universidades nos últimos anos, como o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), onde cada campus tem seu próprio DCE, visto que a distância entre uma cidade e outra é muito grande, impossibilitando uma relação próxima entre todos os estudantes da mesma instituição.

Petróleo é Nosso!”, nos debates das Reformas Estruturais de Base no governo João Goulart, no enfrentamento a Ditadura ou no movimento de democratização, a UNE esteve presente com suas pautas, sobretudo, mobilizando os estudantes para as mesmas. Entretanto, foram poucos os momentos em que as pautas específicas, como a Reforma Universitária ou 10% do PIB<sup>18</sup> para a Educação, tiveram repercussão nacional, alterando a conjuntura política e social.

Além da UNE, existem as executivas, associações e federações nacionais voltadas para a articulação dos cursos de graduação de todo o Brasil, como é o caso da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Estas organizações estão ligadas diretamente aos seus cursos e DAs nas instituições de ensino em todo país, nacionalizando as suas pautas específicas, fazendo ligação com as pautas da própria área de atuação profissional.

Assim como as entidades, existem outras estruturas de debates nas universidades, como é caso dos Conselhos de Entidades de Base (CEBs) que reúne representantes dos DAs e o DCE de uma instituição, para debater os temas referentes a sua realidade local. Outro exemplo é a Assembleia Geral, que mesmo sendo coordenada pelo DCE, é o espaço máximo de deliberação junto a todos os estudantes, podendo deliberar por adesão ou não a greves e ocupações.

Tratando-se da assistência estudantil, é importante abordar a organização do Movimento de Casas do Estudantes (MCE) e a Secretaria Nacional de Casas do Estudante (SENCE). O MCE é basicamente formado pelas diversas organizações e gestões de Casas de Estudante, sejam associações de moradores, coordenações ou direções de casas ou moradia e as coordenações nacionais e regionais da SENCE. Estas coordenações são eleitas em encontros regionais e nacional de casas, tendo voto os representantes de cada casa/moradia/alajamento do estudante. Atualmente, a SENCE nega a representação da UNE, por criticar a inabilidade da entidade em representar os interesses dos moradores e casas do estudante e a própria pauta da assistência estudantil nos últimos anos.

Adota-se, neste trabalho, o conceito de movimento estudantil também colocado por Cavalari, em sua tese de mestrado “Os limites do movimento estudantil, 1964-1980” publicada em 1987. Cavalari faz a escolha por analisar

---

<sup>18</sup> Produto Interno Bruto.

somente o movimento estudantil universitário de esquerda, compreendendo que os grupos que hegemonicamente definiam os rumos do movimento estudantil como um todo, eram alinhados à esquerda<sup>19</sup> na política. Entretanto, não será ignorada a participação dos grupos considerados “conservadores” na construção da política de assistência estudantil, sendo relatados todos os episódios que os envolvam.

O ME ao qual refere-se este projeto, e que se busca evidenciar, é marcado pela visão de homem e de mundo calcado na igualdade e na justiça social. A educação, principalmente no Ensino Superior, apesar do processo de ampliação de vagas e tímida democratização do acesso nos últimos 10 anos, ainda se configura como um espaço de restrito acesso. Em 2012, somente 7 milhões de estudantes estavam matriculados no Ensino Superior, destes, somente pouco mais de um milhão estavam matriculados em Instituições Federais, isto de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

É no sentido de pautar a democratização da universidade, tanto em seu acesso, permanência e participação, que o Movimento Estudantil, em linhas gerais, tem pautado os rumos da educação e da política brasileira, estando presente nos momentos cruciais de definição política nacional. Enquanto Movimento Social organizado, o ME tem papel importante na proposição, implementação e consolidação de políticas públicas, sejam estas ligadas ou não à Educação.

De acordo com Gohn (2011, p.337)), os novos modelos gestores de políticas públicas, inaugurados pela Constituição de 1988, avançam na consolidação de uma gestão compartilhada de políticas públicas, em que “finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.”

Compreende-se que o Movimento Estudantil acaba tendo duas funções, o de resistência e mobilização social pela luta externa à estrutura da universidade e a disputa institucional interna, por meio dos Conselhos Superiores<sup>20</sup>. Contudo, estas

---

<sup>19</sup> “Entendo por esquerda, neste trabalho, aqueles setores do movimento estudantil que possuíam um discurso voltado para a transformação” (CAVALARI, 1987).

<sup>20</sup> Os Conselhos Superiores são instituídos pelo Estatuto e Regimento interno da UFSM, bem como em todas as IFES. São nestes conselhos onde as principais decisões são tomadas, tanto no âmbito administrativo, pedagógico e financeiro.

duas vias, são como duas sustentações, que não podem andar separadas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>21</sup>,

**Art. 56º.** As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

**Parágrafo único.** Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes. (BRASIL, 1996)

Sendo os estudantes menos de 30% dos representantes nos Conselhos Superiores, a capacidade de alcançar suas pautas por meio da esfera institucional se torna reduzida e, muitas vezes, desinteressante. Compreende-se daí, a necessidade da mobilização e da pressão social para dar respaldo às questões estudantis e garantir o apoio dos demais conselheiros as suas pautas.

Pelo contrário, se o Movimento Estudantil não se compromete com a disputa dos espaços institucionais, tem menores possibilidades de avanço em suas pautas, como a própria assistência estudantil. É neste sentido, que este trabalho tem por objetivo compreender e visibilizar a participação tanto institucional quanto sociopolítica do Movimento Estudantil na construção da política de assistência estudantil da UFSM, no período de 1983 a 2013.

*“Eu vou no bloco dessa mocidade,  
que não tá na saudade e constrói a manhã desejada” - Gonzaguinha<sup>22</sup>*

---

<sup>21</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

<sup>22</sup> Música “Vamos à luta” de autoria de Gonzaguinha.



### 3. UM BREVE RELATO SOBRE A UFSM

Neste capítulo será abordado o surgimento da Universidade Federal de Santa Maria, num contexto de interiorização e expansão do Ensino Superior, vinculado à Ditadura Civil Militar no Brasil e um relato formal-institucional do embrião da assistência estudantil na UFSM.

A Universidade Federal de Santa Maria foi criada em 14 de dezembro de 1960, através da lei nº 3.834-C, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Em 1961, cria-se seu Quadro de Pessoal (decreto nº 49.439/61) e em 1962, são aprovados no Conselho Universitário os seus Estatutos, fechando em si o processo de criação da primeira universidade fora das capitais.

À época, seu fundador, Sr. José Mariano da Rocha Filho, foi considerado um desbravador e precursor do processo de interiorização das universidades no Brasil. Schuch Jr.<sup>23</sup> fez um profundo resgate da implantação da UFSM, do ponto de vista político e organizacional, trazendo à tona a característica regional como fundante na sua concepção. Esta característica estava intrinsecamente ligada à posição de Santa Maria no contexto geopolítico, econômico e cultural no Rio Grande do Sul e na região Sul como um todo. Neste sentido, a UFSM já nasceu como um dever social: o desenvolvimento da região central do estado.

A UFSM<sup>24</sup> abriu suas portas no coração de Santa Maria, sendo que em 1963, foi instalado seu primeiro Restaurante Universitário (RU), junto ao antigo prédio da Reitoria, na Rua Floriano Peixoto, no centro da cidade. Neste mesmo período é inaugurada a primeira Casa do Estudante Universitário, situada próxima a Reitoria, na Rua Prof. Braga, que continua em pleno funcionamento. Logo mais são iniciadas as obras da Cidade Universitária de Santa Maria, em outubro de 1961, no bairro Camobi, que continua se expandindo até os dias de hoje.

---

<sup>23</sup> SCHUCH Jr., Vitor Francisco. A estrutura da Universidade em questão, o caso da UFSM. Universidade Federal de Santa Maria, 1995.

<sup>24</sup> À época ainda USM, desde que a federalização só ocorreu em 28/08/1965.

Figura 01.



Cidade Universitária de Santa Maria/ UFSM, 1972.  
Fonte: Memorial Online 50 anos UFSM (<http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>)

Como abordado por Schuch Jr. (1995), também em sua tese de doutorado, a UFSM nasce basicamente da junção de faculdades, no início as Faculdade de Farmácia, Medicina e Odontologia, recebendo apoio das congregações das Irmãs Franciscanas e Irmãs Maristas na área das ciências sociais e humanas. Surge então, no caráter de “faculdades agregadas”, sendo instituída em 1962 a sua estrutura organizacional oficial. À época, a organização estava estruturada em Departamentos, Faculdades e Institutos. Estas três estruturas se faziam independentes uma das outras, tendo entre si uma relação de diálogo e corresponsabilização.

Para melhor explicitar, os departamentos tinham o objetivo de congregar disciplinas afins dentro de uma mesma faculdade. As faculdades, como aborda Schuch Jr., eram “carreirocênicas”, ou seja, voltadas a formação dos profissionais dentro dos conhecimentos e necessidades de cada “carreira” (ex. direito, odontologia, engenharia civil). Os institutos, por sua vez, eram estruturas gerais, que tinham por objetivo ser centros de ensino e pesquisa para diferentes faculdades. Eram divididos por “matérias” e a áreas afins, tendo laboratórios, equipamentos e pesquisadores voltados para o ensino e pesquisa de uma mesma área básica e geral (ex. Instituto de Química, Instituto de Saúde). Para além destas, existiam a

Reitoria e o Conselho Universitário, sendo assim, uma estrutura organizacional simples, e ao mesmo tempo, menos hierarquizada.

Importante ressaltar, que a UFSM foi uma das pioneiras na implantação dos departamentos, que mais tarde, viria a se tornar o grande mote da Reforma Universitária do acordo MEC/USAID em 1968<sup>25</sup>.

Toda esta estrutura, que a sua época era muita avançada, caiu por terra em 1970, quando a UFSM oficialmente aderiu ao Reforma Universitária, implantando de forma integral as proposições do acordo que teve como principal interventor e mentor Rudolph Atcon, em 1968. Schuch Jr. (1995) avalia como uma grande perda para a história da UFSM, que a partir de então passou a ser estruturada por Centros, Departamentos e Cursos, tornando estas, estruturas de concentração de poder, aumentando em grande parte a burocracia interna nas tomadas de decisões e de resolução de problemas.

Neste período, a UFSM passa a se constituir na estrutura que temos até hoje, inclusive com a implementação em 1972 de boa parte das Pró Reitorias que existem atualmente, como a própria PRAE. A Pró Reitoria de Assuntos Estudantis foi criada em 1972, com aponta a página do Departamento de Arquivo Geral (DAG)<sup>26</sup>,

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis foi criada através do Regimento Interno da UFSM de 1972, aprovado pelo Parecer n. 14/72-CFE, de 11/01/72. É responsável também pelas atividades de assistência ao estudante, desenvolvidas anteriormente pelo Departamento de Registros Gerais e Assuntos Estudantis - D.R.G.A.E.

Existem poucos documentos referentes a implantação da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis. Sabe-se, a partir da consulta aos arquivos do Departamento de Arquivo Geral da UFSM, que a PRAE surge a partir de 1972, após a adesão da instituição ao acordo MEC-USAID. Antes disto, as atividades referentes aos estudantes estavam relegadas ao Departamento de Registros Gerais e Assuntos Estudantis – DRGAE. A criação de uma estrutura própria garantiu uma maior autonomia institucional e a consequente visibilidade das pautas referentes aos estudantes na universidade. Além disto, sabe-se pela própria história do

---

<sup>25</sup> “Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 foram firmados doze acordos MEC-USAID, o que comprometeu a política educacional do país às determinações dos técnicos americanos” (GHIRALDELLI JR., 1994). A sigla USAID significa *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

<sup>26</sup> Site do DAG: <http://w3.ufsm.br/dag/index.php/>

FONAPRACE, que a PRAE foi uma das primeiras Pró Reitorias desta área em nível de país.

Apesar dos poucos registros e da dificuldade em encontrar os documentos de interesse desta pesquisa, alguns aspectos iniciais podem ser levantados quanto ao papel da PRAE na assistência ao estudante. A atuação da Pró Reitoria esteve voltada em parte de sua trajetória, à oferta e gerenciamento de subsídios e acesso a bolsas de auxílio aos estudantes que comprovassem estar em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar de existirem diversas modalidades de bolsas ao longo desta trajetória, incluindo até mesmo bolsas para acesso a línguas estrangeiras, o foco da atuação da instituição historicamente foi a manutenção das Moradias Estudantis e os Restaurantes Universitários. Adiante, neste trabalho, serão apresentados registros, que inclusive, embasam esta hipótese.

Com as transformações e o avanço nas discussões sobre assistência estudantil em nível nacional, principalmente a partir da década de 1980, houve uma progressiva alteração na visão acerca da assistência ao estudante na UFSM. Esta alteração possibilitou a ampliação na gama de serviços e direitos, como o próprio atendimento odontológico, assistência à saúde no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM).

Mesmo ocorrendo avanços na ampliação dos serviços e benefícios relacionados à permanência estudantil na UFSM, há uma lacuna legal entre fins da década de 80 e meados da década de 90. Em 1984/1986 são aprovadas as resoluções 003 e 006 respectivamente, que fixam valores das refeições e os usuários a serem atendidos nos Restaurantes Universitários (RUs). A partir disto, somente em 1995 a assistência estudantil se torna novamente matéria de debate nos Conselhos Superiores, com a aprovação da resolução 026/1995 que institui normas para concessão de bolsa de assistência a estudante.

Contudo, este “vazio” institucional se perde a partir deste período, pois desde 1995 houve uma intensa produção legal e normativa na universidade, principalmente quanto a Moradia Estudantil e os critérios para a comprovação de “carência”, ou nos termos atuais, de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre estas mudanças, houve a criação do NAE, que alterou a estrutura organizativa da PRAE, segmentando em setores com competências distintas.

A partir de 2011, a PRAE passou a organizar parte de seus serviços pelo Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE)<sup>27</sup>. De acordo com o projeto de criação proposto pela PRAE junto à Pró Reitoria de Planejamento (PROPLAN), ao NAE,

[...] cabe a assistência ao discente em situação de vulnerabilidade social. Através de um enfoque interdisciplinar, essa assistência visa uma maior compreensão das situações individuais e coletivas que influenciam no desempenho acadêmico do aluno, na sua permanência na Universidade, bem como na sua qualidade de vida. (UFSM, 2011)

A criação deste Núcleo surgiu de um movimento da própria instituição em regulamentar e oficializar uma estrutura de organização do atendimento ao estudante, desde a comprovação de vulnerabilidade socioeconômica até a própria atenção odontológica. Os setores existentes são: o Setor de Benefício Socioeconômico (SBSE); o Setor de Atenção Integral ao Estudante (SATIE) e o Setor de Acompanhamento da Moradia Estudantil (SAMES).

De acordo com documentos que serão detalhados adiante neste trabalho, a construção desta proposta de reorganização da atenção ao estudante, não envolveu em sua gênese as organizações e entidades estudantis. A principal reivindicação estudantil era a retirada do SAMES, que tem por objetivo “acompanhar o aluno em situações específicas referentes ao ingresso, a permanência e a saída da moradia estudantil” (UFSM, 2011). O segmento estudantil apresentou como argumento a possível desresponsabilização das Direções das CEUs no controle de vagas, deixando esta responsabilidade a cargo da PRAE.

A autonomia estudantil coloca-se como uma categoria importante ao longo desta trajetória, sendo o tema central em momentos cruciais na construção da assistência estudantil da UFSM. Esta interação, seja pelos meios institucionais de participação (conselhos e colegiados), seja pelos enfrentamentos diretos (manifestações, greves, ocupações), é que vão “talhando” os traços da atual configuração do programa de assistência estudantil.

Neste ponto se justifica o tema deste trabalho, a participação estudantil e a construção da assistência estudantil da UFSM. Como coloca Maria da Glória Gohn, “os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais” (2011). Assim, a atuação do

---

<sup>27</sup> Resolução n. 046/2011, de 15 de dezembro de 2011.

segmento estudantil se torna um eixo central, desde que traz a tona os aspectos, tanto específicos quanto amplos, da política de educação e da assistência estudantil.

*“Um mais um nunca é demais, é poesia, é gente.” – Pedro Munhoz<sup>28</sup>*

---

<sup>28</sup> Música “Quem tem coragem” de autoria de Pedro Munhoz.

#### **4. ENTRE GREVE E OCUPAÇÃO SE CONSTRÓI RESOLUÇÃO!**

Todo processo de análise da realidade envolve um processo de sistematização dos sentidos, como coloca Holliday, “a sistematização permite dar conta não só das ações, como também das interpretações das pessoas, suas sensibilidades e afetos, suas esperanças e frustrações, suas crenças e paixões, as quais são decisivas para dar sentido à nossa prática” (2006, p. 57). Assim, sistematizar é “conceitualizar a prática” (HOLLIDAY, 2006, p. 23). Neste sentido, este capítulo tem como objetivo sistematizar e compreender a partir de documentos e registros históricos, como se deu construção da assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria. Esta construção terá como um de seus eixos centrais a participação dos estudantes, principalmente do Movimento Estudantil organizado.

Como já apontado no capítulo referente a metodologia, esta última parte tem por objetivo construir um linha narrativa da trajetória da assistência estudantil da UFSM, através da sistematização dos documentos e registros históricos institucionais e do Movimento Estudantil.

Tratando-se de uma pesquisa forjada no bojo do Serviço Social, é necessário alertar para a própria concepção de sociedade e o método de análise da mesma. O Serviço Social tem por objeto de trabalho as expressões da questão social, que deriva do conflito existente entre capital e trabalho. Esta concepção decorre da ideia que nesta sociedade capitalista, o trabalho sendo coletivo, não resulta na apreensão das riquezas também de forma coletiva, mas de forma privada. Assim, mesmo o homem tendo cada vez mais acesso à natureza e aos bens de produção social, em contraponto, a distância entre a produção e a acumulação se acentua cada vez mais, onde somente uma parte restrita da sociedade pode usufruir plenamente dessa riqueza socialmente produzida.

Desta acumulação resulta por outro lado, a pauperização, o desemprego, a fome, o não acesso aos direitos de toda ordem, e tantas outras refrações, que em suma se expressam como a questão social. Entretanto, sendo desigualdade, esta questão social também é rebeldia, “por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2011, p. 28).

É neste vasto campo que o profissional assistente social atua, junto a estes sujeitos que vivenciam estas desigualdades e que ao mesmo tempo, buscam formas de resistir e rebelar-se. E é por considerar que esta realidade que parece estar dada, deve ser transformada, que o Serviço Social tem como norte social a luta por um novo modelo de sociedade, justa e igualitária.

Neste ponto, pode-se questionar qual o papel da pesquisa e da produção de conhecimento nesta sociedade. A pesquisa como tal, tem o objetivo de desvendar uma realidade que está posta, podendo compreender sua forma e característica, a fim de gerar novos dados, informações ou mesmo, uma nova teoria. Assim, a pesquisa lida com a geração de novos conhecimentos a partir da investigação da realidade.

A autora Aglair Alencar Setubal, traz à tona em sua obra “Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade” (2013), os dilemas enfrentados pelo Serviço Social na pesquisa e na produção de um conhecimento que contribua para o desenvolvimento político e social. Setubal afirma que a pesquisa nesta área deve estar corporificada na práxis<sup>29</sup> profissional do assistente social, e portanto, não pode estar dissociada da realidade concreta.

No nosso entendimento, o salto qualitativo da pesquisa como práxis é dado quando o ato de pesquisar atinge a sua significância, com o reconhecimento, em princípio, por parte do próprio pesquisador, da pesquisa como atividade prática, pela qual o conhecimento científico é construído dialeticamente e não apreendido no espaço. Isso nos permite afirmar que a pesquisa por si só não garante mudanças sociais, pois é indispensável que se acrescente a essa atividade teórica uma ação crítica, uma prática questionadora (SETUBAL, 2013, p. 187).

Neste sentido, este trabalho é fruto de vivência tanto da pesquisadora, quanto de muitos e muitas estudantes que foram os principais protagonistas desta história, junto a servidores que com mais ou menos afinco e comprometimento, também foram força propulsora para que o direito de permanência se efetivasse.

Serão divididos em quatro subcapítulos, sendo os três primeiros voltados a construção da trajetória da assistência estudantil da UFSM, a partir dos registros institucionais, do Diretório Central dos Estudantes e da Diretoria da CEU II. A divisão irá privilegiar as décadas em geral, sendo assim divididos: década de 1980 (1983 a

---

<sup>29</sup> A práxis “está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens” (GOHN, 2002, pg. 176). A transformação do social mediante atividades teóricas, conjuntamente com atividades políticas e/ou produtivas, constitui a práxis, que tem como elemento fundante o trabalho e a base material em que este é realizado.



1989); década de 1990 (1990 a 1999); e anos 2000 (2000 a 2013). Mesmo sendo intervalos com períodos desiguais, esta configuração tem por objetivo abarcar os principais fatos que tem similaridade e que estão intrinsecamente vinculados ao mesmo contexto político-social brasileiro.

O último subcapítulo apresentará uma breve discussão acerca da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (como decreto) em nível nacional e em específico na Universidade Federal de Santa Maria, no período de 2010 a 2013. O PNAES trouxe um novo fator para as IFES: a necessidade de se constituírem programas e políticas de assistência estudantil, que garantissem a efetivação dos direitos vinculados à permanência estudantil. Busca-se com este aprofundamento poder levantar novos questionamentos, apontar rumos frente aos desafios postos.

#### **4.1 Década de 1980: Moradia Não Se Adia, Ocupação É a Solução!**

O período que compreende os anos de 1983 e 1989 foi marcado, sobretudo, por ocupações e um alto grau de organização do Movimento Estudantil. O Brasil passava por um período de muita mobilização, decorrente do processo de redemocratização, após mais de duas décadas de Ditadura Militar. Foi um período onde o sentimento geral era de transição. Transição entre o que estava vinculado aos resquícios da Ditadura e aos ideais pulsantes de democracia e participação.

Esta transição, de acordo com os documentos e manifestos estudantis, também se refletiu na UFSM. Desta década destacam-se como reitores os docentes Armando Vallandro<sup>30</sup> (1981 – 1985) e Gilberto Aquino Benetti<sup>31</sup> (1985 – 1989).

---

<sup>30</sup> Figura 02.

<sup>31</sup> Figura 03.

Figura 02.



Ex – Reitor Armando Vallandro.

Fonte: Memorial Online 50 anos UFSM (<http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>)

Figura 03.



Ex – Reitor Gilberto Aquino Benetti.

Fonte: Memorial Online 50 anos UFSM (<http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>)

Em um manifesto divulgado pelo DCE e pelas CEUs por volta de setembro de 1986, os estudantes compararam o reitor Benetti a Vallandro, quanto à brutalidade para com os estudantes, “mas, os atos da administração Benetti foram mais longe. Fizeram lembrar a prática do antigo reitor Vallandro, indicado pelo Regime Militar”.

A afirmação quanto ao reitor Vallandro estava vinculada as eleições de 1981, onde foi realizada uma Consulta Popular à comunidade acadêmica quanto ao futuro

reitor, onde o mais votado foi o prof. Benetti. Entretanto, esta decisão tomada de forma democrática, não foi levada em consideração pelo Ministério da Educação, que indicou o prof. Vallandro para o cargo. Mesmo sendo os últimos anos de Ditadura, o reitor Vallandro ficou marcado como o último gestor indicado pelo governo ditatorial. Ao fim desta gestão, houve novamente uma Consulta à comunidade acadêmica, onde novamente o prof. Benetti foi eleito, desta vez, sendo acatada a sugestão popular.

Assim, este período, como já colocado, representou uma transição entre um período marcado pela centralização do poder e pelo autoritarismo, e à frente vislumbrava-se uma nova forma de gestão, que fosse democrática e participativa. Esta característica também se evidenciou no próprio Movimento Estudantil. Em 1978, foi eleita uma nova gestão na Diretoria da CEU II, que rompeu com a linha da maioria das gestões anteriores. Rompeu no sentido de avançar nas pautas da moradia, criticando inclusive a gestão anterior, por não mobilizar os moradores em torno dos principais debates.

Logo após o Pró Reitor [Ivo] declarou oficialmente empossada a nova diretoria, passando então a palavra ao presidente eleito, Paulo dos Santos Pires, falando este sobre a ausência dos colegas moradores na reunião de posse. Disse que a ausência se devia ao fato dos moradores não participarem, não em termos de administração da Casa ou mesmo representação estudantil, mas sim de não terem o direito e nem participarem na elaboração de seu próprio regulamento e destinos. Falou também da necessidade de um lugar onde o morador possa se identificar e de expor suas ideias, pois com isso sua representatividade, através da diretoria, seria bem mais fundamentada após escutar e discutir os problemas com todos os moradores. (CEU II, Ata de posse – Gestão 78/79. Livro 01, folha 23 – 28/10/1978).

A partir desta gestão, as diretorias eleitas foram agentes de grande mobilização, em especial na CEU II, que por questões de acesso aos registros, é mais presente neste trabalho, por haver uma quantidade maior de documentos. Um dos primeiros embates desta década turbulenta refere-se a questão da “moradia feminina” ou “moradia mista”.

De acordo com uma reportagem do Jornal Folha da Tarde, de 04 de setembro de 1981, intitulada “Moradias mistas, reivindicação das alunas da UFSM”, naquele período a UFSM dispunha de quatro CEUs, sendo duas masculinas (CEU I no centro, rua Prof. Braga e II no Campus) e duas femininas (CEU IV e V na Rua Dr. Astrogildo de Azevedo e Rua Marechal Floriano Peixoto, no centro). Estas duas

moradias femininas, diferente das masculinas que somavam quase 500 vagas, abrigavam ao todo 22 mulheres, sendo estas moradias alugadas pela instituição.

Como forma de protesto, as estudantes ocuparam apartamentos na CEU I e na CEU II, gerando posicionamentos contrários e favoráveis. Na CEU II, o movimento pela moradia mista foi conjunto a reivindicação pela desocupação dos apartamentos para funcionários da UFSM<sup>32</sup>.

Mesmo sofrendo preconceito e sendo inicialmente rechaçadas por muitos moradores, as estudantes tiveram apoio das Diretorias das CEUs, mesmo que a Pró-reitoria à época considerasse esta atitude ilegal.

Fez-se um apelo no sentido de que, embora a Pró-reitoria não as reconheça como moradoras legais, a Diretoria da CEU-2 o fizesse. No que o presidente Hugo se prontificou a explicar que perante a Diretoria da CEU – 2, as moradoras femininas estariam legalmente aceitas como moradoras legais (CEU II, Ata 01 – Gestão 80/81. Livro 01, folha 31 – 02/03/1981).

A partir deste ato reivindicatório, as mulheres passaram a poder usufruir de vagas nas CEUs antes denominadas masculinas, consolidando um direito reivindicado em nível nacional naquele período por tantas outras moradias estudantis. A luta pela moradia mista possibilitou anos mais tarde o debate dos apartamentos mistos, em que homens e mulheres estudantes pudessem dividir o mesmo aposento.

Seguindo-se o embalo cronológico, em 1983, foi a eclosão da reivindicação entorno da ampliação da CEU II, que acabou se concretizando em um ideário que permeou toda esta década e os anos seguintes. Em março de 1983, um grupo de estudantes que aguardavam vaga para entrar na moradia, decide junto aos demais moradores, ocupar o bloco 15, ainda em escombros. Assim como este, haviam mais de dez blocos que estavam há anos na mesma situação, com as paredes erguidas, sem teto, sem piso, nem instalações elétricas e hidráulicas.

Após dias de pressão pela conclusão do bloco, os estudantes conquistaram junto ao Pró-reitor Adalberto Meller e o Reitor Vallandro, a garantia do término. Entretanto, Meller impõe uma condição: somente seria contratada a empresa, após a saída dos estudantes. Este fato está confirmado no ofício número 182/1983 do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis ao Presidente da CEU II, datado de 23/06/1983. Segue abaixo um trecho do documento.

---

<sup>32</sup> Naquele período a universidade disponibilizava um apartamento por bloco, na época, do 11 ao 14, para funcionários da instituição.

Pelas informações que se constata, alunos que lá se alojaram por ocasião da invasão. Em meados do primeiro semestre, lá permanecem.

Desta forma, Acadêmico presidente, queremos deixar bem claro, para que interpretações inconvenientes não venham a acontecer que, enquanto lá houver moradores, não serão entregues os convites às Empresas [...] (Ofício n. 182/1983, PRAE/UFSM).

Este episódio ganhou grande repercussão externa à universidade, e evidenciou a urgente necessidade de ampliação da CEU, desde que a demanda aumentava ano após ano. Ao fim, o bloco foi finalizado e os estudantes puderam ocupar as vagas de forma digna e segura.

Em 1987, houve uma nova ocupação, já na gestão do prof. Gilberto Benetti como reitor. O fato ocorreu em 10 de setembro de 1987, e de acordo com os recortes do jornal A Razão, a desocupação se deu de forma violenta, envolvendo inclusive a prisão de alguns estudantes.

O pedido de que a Justiça Federal desse seu parecer sobre a invasão foi encaminhada logo após a ocorrência de fato. A reitoria argumentou não poder permitir que os estudantes mantivessem ocupando ilicitamente um patrimônio público. Além da ordem de desocupação do prédio, a Justiça determinou a prisão do presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFSM, Alexandre Goulart e Gervásio Paulus, membro da diretoria da Casa do Estudante Universitário I. (Estudantes são retirados à força de moradias da UFSM – A Razão, 17/09/1987).

Este fato demonstra que uma das formas de contestação e resistência estudantil se dá por meio da ocupação de espaços públicos. Neste caso, a manifestação tinha origem, de acordo com os estudantes, na necessidade de ampliação da moradia estudantil, desde que a demanda vinha numa curva crescente, ao passo que a casa permanecia com um número reduzido de vagas.

Neste mesmo trecho do jornal, o redator aponta os principais motivos que levaram, de acordo com os estudantes, à ocupação do bloco.

Segundo alegaram, eles não possuíam acomodação adequada nas outras casas da UFSM, consideradas sem vagas. Aliado a isso, as moradias femininas localizadas na cidade iriam ser desativadas e as ocupantes transferidas para o campus. (Estudantes são retirados à força de moradias da UFSM – A Razão, 17/09/1987).

É importante atentar para o que Gohn (2012) identifica como a “dimensão da cultura política” dos movimentos sociais. A partir de experiências daqueles que vivenciaram processos anteriores, os sujeitos agregam elementos para sua causa. “Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias [...]” (Gohn, 2012, p. 23). Neste sentido

pode-se compreender que as experiências de ocupação e manifestações anteriores, só vêm a fortalecer a luta daqueles vem os sucedem.

A ocupação resultou no término do bloco, entretanto, não foi suficiente para sanar a falta de vagas na CEU II. Esta crescente demanda resultou na ocupação da União Universitária, em 1988. A União Universitária, localizada na parte superior ao Restaurante Universitário - Campus foi inaugurada em 1982, tendo como objetivo ser um espaço de convivência da comunidade acadêmica.

A ocupação surgiu em uma assembleia da CEU II, com representantes da CEU I, DCE e da SECERS<sup>33</sup>, realizada em 01 de setembro de 1988. Naquele período, a espera pela comprovação da “carência”, ou seja, de vulnerabilidade socioeconômica, chegava a levar mais de um semestre, somando-se à falta de vagas na CEU II.

Este contexto acabou gerando uma grande quantidade de estudantes “sem-teto”, assim eram chamados os estudantes que estava no aguardo da “carência” ou na espera por uma vaga na moradia. Muitos, por não terem condições aguardavam alojados nas “salas”, localizadas na entrada de cada bloco, sem estrutura física adequada para uma longa estadia. O estudante Luiz Almir, relatou nesta assembleia a condição vivida por ele e seus colegas e propôs a ocupação da União.

Luiz Almir citou que estavam nas salas há mais de quinze dias e não era possível estudar para as provas sem condições de iluminação e com superlotado [superlotação]. Citou que os demais moradores não estavam apoiando os Sem Teto da forma que apoiaram o movimento contra a alta das passagens. Citou que a única maneira de se fazer algo concreto era a Ocupação da União Universitária hoje a noite. Não dá pra adiar (CEU II, Ata 04/88, Livro 02, folha 45 – 01/09/1988).

Neste ponto, explicita-se que o sujeito coletivo “sem teto”, ao perceber sua situação de desigualdade e privação de direitos, organiza-se e reivindica o acesso a moradia digna. E é a partir da organização, que vão construindo processos rumo à cidadania, desde que “a cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso[...].” (Gohn, 2012, p. 21).

---

<sup>33</sup> Secretaria Estadual de Casas dos Estudantes do Rio Grande do Sul, criada no início da década de 1980.

Figura 04.



Recorte de Jornal A Razão, 24, 25,26/03/1989.  
Fonte: Arquivo Diretoria CEU II.

Para contextualizar, “o movimento contra a alta das passagens” citado pelo estudante Luiz Almir, se refere ao período das grandes manifestações contra o aumento das tarifas de transporte, principalmente nas linhas Centro – UFSM. As tarifas neste trecho eram mais altas que as demais, além de haverem poucos horários disponíveis. Este movimento manteve-se aceso durante toda a história do ME de Santa Maria, mas neste período em específico, teve seu auge entre 1987 e 1989. A seguir, uma imagem do arquivo do DCE, data de 1987, em que os estudantes estão reunidos na Rua Dr. Astrogildo de Azevedo, esquina com a Rua do Acampamento, de onde saíam os ônibus para o campus, em meio a um ato, com a presença de força policial.

Figura 05.



Manifestações pelo transporte, 1987.  
Fonte: Arquivo DCE/UFSM.

Um último fato que se considera importante desta década é a questão do Restaurante Universitário (RU). Em 1984 foram fixados os preços das refeições no RU, incluindo a possibilidade de estudantes e servidores “carentes” poderem usufruir deste direito com um valor subsidiado. Em contraponto a este avanço, neste período a UFSM assim como todas as IFES, sofreu com os cortes de gastos impostos pelo Ministério da Educação. Estes cortes acabaram impactando na manutenção dos RUs da instituição, levando a gestão a aumentar os valores das refeições.

Os estudantes consideraram o aumento, além de arbitrário por não ter sido construído com os estudantes, principalmente moradores das CEUs, também reivindicaram o valor excessivo em que os preços fixados, chegando a ser inacessíveis aos moradores, como argumentaram os estudantes:

É necessário ainda dizer que, o aumento para Cr\$ 13,00, verificado nas refeições do RU significa um encarecimento inaceitável, pois aceitando esta medida estaremos aceitando o fechamento das portas da Universidade aos estudantes oriundos das classes trabalhadoras elitizando ainda mais o já elitizado ensino Universitário (Manifesto da Direção da CEU II, 1984).



Retornando ao destaque para a década 1980 como um período de muita mobilização e ocupações, percebe-se que em suma, foi um momento de despertar após longos anos de repressão e da ilegalidade dos movimentos sociais. Um outro aspecto interessante, é o protagonismo dos estudantes moradores das CEUs, dos grandes aos mais específicos debates.

Como aborda Gohn, “a cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram” (2012, p. 21). Sendo as moradias estudantis espaços de intensa vivência da universidade, ainda mais no caso da UFSM, onde a moradia está localizada no centro da instituição, é possível compreender uma maior identificação destes estudantes com os fatos políticos neste meio.

#### **4.2 Década de 1990: Normatizar ou Deixar Estar: Eis a Questão**

Assim como a década de 1980 foi uma década de transição e de rearticulação do movimento estudantil, a década de 1990 foi marcada pelo avanço na normatização da assistência estudantil. Foi neste período em que foram criadas a resolução que regulamentam as bolsas de auxílio estudantil e a primeira normatização institucional quanto às Moradias Estudantis da UFSM.

Compreendendo-se que os fatos não ocorrem isolados da conjuntura nacional, além da normatização, as questões que envolviam o panorama político nacional foram ponto de pauta durante toda a década. Durante os anos 90 no Brasil, ocorreram processos políticos nacionais de grande repercussão, como o impeachment do então presidente Collor<sup>34</sup>, e o aprofundamento do projeto neoliberal nos governos FHC<sup>35</sup>.

Neste período houve cortes orçamentários em grande escala e a minimização do Estado na garantia de políticas públicas e sociais. O processo de privatização de empresas estatais, que se iniciou no governo Collor, se intensificou no governo FHC. Como aponta Iamamoto (2014), no Brasil,

---

<sup>34</sup> Fernando Affonso Collor de Mello, natural do Rio de Janeiro, foi eleito presidente do Brasil no ano de 1990, sendo o primeiro eleito pelo voto direto após a Ditadura Militar. Por várias denúncias de corrupção e o fracasso no controle a inflação, Collor próximo a ser deposto, renunciou ao cargo.

<sup>35</sup> Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi presidente no período de 1995 a 2002, sendo reeleito. Seus governos foram marcados pelo aprofundamento de políticas neoliberais.

[...] o Governo Cardoso e seus “cavaleiros do apocalipse”, ao realizarem a escolha histórica por tais caminhos, nos levaram ao “coração das trevas do neoliberalismo”. E seu legado foi uma perversa herança. A política econômica implementada pelo governo Cardoso conseguiu reduzir as taxas de inflação, mas não resultou em políticas distributivas (p. 150).

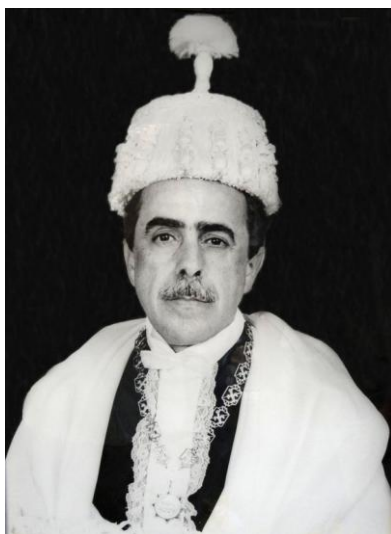
Em um informativo endereçado a comunidade universitária em 14 de outubro de 1998, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis alerta quanto ao Decreto nº 2773 da Presidência da República, que bloqueou os seus orçamentos, assim como das demais IFES, no início do mesmo mês. A UFSM se manifesta em defesa do ensino superior público, que naquele momento vivia um processo claro de desmonte.

A Administração Superior da Universidade Federal de Santa Maria, tem se manifestado firmemente junto ao MEC objetivando a reversão deste quadro, e tem mobilizado toda a representação política do Estado, através de suas lideranças, com vistas a consolidação de uma Frente Parlamentar em defesa da manutenção da Universidade Pública e Gratuita no Brasil. [...]

Estamos diante de um momento grave na história de nossa Universidade. Não podemos considerar que Educação é um gasto desnecessário ou inserido em um projeto de desobrigação do Estado com a sua manutenção (Informativo/PRAE, Santa Maria, 14/10/1998).

Os reitores referentes a este período, são respectivamente Tabajara Gaúcho da Costa (1989 – 1993)<sup>36</sup>; Odilon A. Marcuzzo do Canto (1993 – 1997)<sup>37</sup> e Paulo Jorge Sarkis (1997 – 2005)<sup>38</sup>.

Figura 06.



Ex – Reitor Tabajara Gaúcho da Costa.

Fonte: Memorial Online 50 anos UFSM (<http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>)

---

<sup>36</sup> Figura 06.

<sup>37</sup> Figura 07.

<sup>38</sup> Figura 08.

Figura 07.



Ex – Reitor Odilon A. Marcuzzo do Canto.  
Fonte: Memorial Online 50 anos UFSM (<http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>)

Figura 08.



Ex – Reitor Paulo Jorge Sarkis.  
Fonte: Memorial Online 50 anos UFSM (<http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>)

Em contraponto ao possível desmonte do Ensino Superior público neste período, a partir dos registros encontrados, principalmente nas atas da Diretoria da CEU II, percebe-se uma posição de diálogo de parte dos reitores da UFSM. Em vários episódios mostraram-se sensíveis a pauta da assistência estudantil, respondendo as reivindicações, garantindo inclusive uma considerável ampliação da CEU II, com o término dos blocos 25, 24, 23, 22 e 21.

Mesmo havendo diálogo por parte dos reitores, não significa que foram gestores necessariamente progressistas, ou comprometidos de fato com as pautas estudantis. Se suas posições fossem realmente voltadas ao avanço da assistência estudantil nos moldes propostos pelo ME, as conquistas não teriam ocorrido somente após intensas mobilizações e ocupações de Reitoria. Por isto, é importante alertar para as posições de cada segmento e quais suas construções históricas.

A presença de gestores que no mínimo tivessem posições de respeito e consideração para com os estudantes, naquele período garantiu que pautas de grande relevância fossem alcançadas. Uma delas, e talvez a principal, foi a considerável ampliação da CEU II.

A gestão do prof. Tabajara, entre os anos de 1989 e 1993, foi responsável pela finalização do bloco 25, ocupado em 1987, pela construção dos blocos 24, 23 e início do 22. Um fato importante de ser resgatado é a participação tanto dos pró-reitores e até mesmo dos reitores, nas assembleias da CEU, principalmente em momentos de troca de gestão da diretoria, mas também para posicionar-se frente às reivindicações dos moradores. Tabajara em seus últimos dias de gestão, participou de uma assembleia de posse da nova diretoria, onde trouxe à tona sua visão sobre a gestão universitária.

Num segundo momento o professor Magnífico Reitor Tabajara Gaúcho da Costa, explanou que sempre esteve a disposição de todos os segmentos da UFSM, para ouvir e juntos procuraram soluções para os mais variados problemas da mesma. Quanto a questão do RU, disse que na medida do possível tudo foi feito para tentar melhorar as condições de atendimento e funcionamento. Em sua gestão praticamente três blocos foram concluídos. Segundo ele, com recursos próprios e que aumentaram significativamente as vagas de moradia para alunos carentes. Interrogado por alguns alunos reinterou sobre a campanha da fome sobre a revisão constitucional e que moradores da CEU cumprem papel importante na vida da UFSM. Disse também que como fundador da UFSM e entregando a Reitoria agradece pelo que foi possível realizar e desejou a todos sucesso nos cursos para serem bons profissionais (CEU II, Ata 06/93. Livro 02, folha 100 – 09/12/1993).

Figura 09.



Manifestação da CEU II, 1991.

Fonte: Acervo Fotográfico – Departamento de Arquivo Geral/DAG

Figura 10.



Manifestação da CEU II, 1991.

Fonte: Acervo Fotográfico – Departamento de Arquivo Geral/DAG

Neste relato, o reitor Tabajara trata a questão da ampliação da moradia como também uma conquista de sua gestão, compreendendo, contudo, a importância da participação estudantil para a instituição. Esta é apenas uma visão acerca desta relação gestor X ME, que limita em muito o entendimento da totalidade e das contradições. Seriam necessários relatos diretos de estudantes e militantes deste período para aprofundar a compreensão sobre a relação com a gestão da universidade. Sendo este trabalho baseado em registros e documentos históricos, não havendo entrevistas diretas aos sujeitos que vivenciaram este período, a construção deixa diversas fendas históricas.

Apesar de esta gestão ter sido mais aberta ao diálogo, a pressão social é um item que não se desloca da pauta estudantil neste período. Em 1991, em uma assembleia ordinária da CEU II, é debatida a insuficiência de vagas em comparação ao número de calouros aguardando para acessar a moradia. O debate girava em torno da conclusão de 12 quartos do bloco 24, que eram insuficientes, desde que haviam mais de 24 estudantes na União Universitária.

Sérgio Castiglioni, então presidente da Diretoria da CEU II, junto a representantes do DCE, apresentaram a proposta de uma “passeata” pela UFSM culminando em uma reunião com o Reitor e a gestão da Reitoria, afim de solucionar este impasse. Segue um trecho do relato da assembleia.

Zonin falou sobre o encontro com o Reitor no dia 27/03 e foi proposto para que haja uma passeata desde a entrada da universidade até a reitoria com participação de moradores e calouros da CEU II e CEU I, antes do encontro com o Reitor, e que sejam levados cartazes esclarecendo o porque do movimento, que os estudantes devem concentrar-se às 7:30h em frente a CEU II para se encaminharem ao local do início do movimento. Denizar fala sobre conclusão do bloco 24 que deveria ter ocorrido no final de 90, mas que ainda está em obras. Zonin pede encerramento das inscrições para discussão, pedindo para que haja pressão para que o Reitor assine documento garantindo a conclusão do bloco 24, até metade do ano 91. (CEU II, Ata 03/91. Livro 02, folha 81 – 26/03/1991).<sup>39</sup>

É a partir da construção deste mosaico de registros, que a realidade social se revela, aproximando-se cada vez mais e mais de sua totalidade e historicidade, dando visibilidade inclusive a suas contradições. Percebe-se neste trecho, para além do aspecto da reivindicação em si, um fator interessante para análise do ME da UFSM, a participação democrática.

---

<sup>39</sup> Vilson Zonin e Paulo Denizard.

A organização estudantil, aos olhos de Fonseca (2008), revela-se como prática democrática, onde a relação entre o que se diz e o que se pratica se constrói como práxis transformadora. De acordo com a autora, a democracia se revela em quatro eixos norteadores: descentralização, participação, transparência e cooperação. No relato da assembleia anteriormente citado, revela-se uma forte característica do ME da UFSM: a ativa participação dos moradores, da base à Direção, em todos os processos de decisão que envolvem o estudantes. Este fato reforça a colocação de Fonseca (2008), demonstrando, que democracia não se faz sem participação de todos em todos os níveis de debate.

A democracia é tanto uma prática cotidiana que deve permear as nossas ações como um princípio a ser exigido e conquistado nos diversos espaços em que atuamos [...]. É nessas duas formas de conceber a democracia que o movimento estudantil atua: no desafio em estabelecer relações e posturas democráticas no seu cotidiano, quanto lutar para uma maior participação e democracia nos espaços de decisão, tanto dentro do movimento estudantil quanto fora dele (FONSECA, 2008, p. 50).

Retornando aos fatos desta década, em 1995 foi aprovada a resolução 020/95 que institui a criação do “Programa Bolsa de Assistência ao Estudante”, nas modalidades PRAE e HUSM. Esta bolsa se apresenta vinculada ao ensino, pesquisa e extensão, em que os estudantes desempenhariam atividades juntos a setores da instituição em geral e especificamente o HUSM, com a carga horária máxima de 20h semanais. Tem por objetivos e finalidades “[...] contribuir para a implementação de atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Universidade federal de Santa Maria”, recebendo “tratamento didático-pedagógico, inter-relacionando aluno, servidor, conteúdos e contexto sócio-cultural, contribuindo para a formação do aluno e para o aperfeiçoamento da prática educativa”(UFSM, 1995).

Estas bolsas, à época, foram criadas no sentido de auxiliar tanto os estudantes em vulnerabilidade, que necessitavam de um acréscimo na renda, quanto a própria instituição, aumentando a mão de obra no trabalho secretariado. Contudo, é preciso dar atenção para o caráter destas bolsas, que em suma não agregam para a formação estudantil, desde que há vários empecilhos para criá-las vinculadas de fato ao ensino, pesquisa e extensão.

Com o mesmo objetivo de normatizar o acesso ao direito, em 1999 foi aprovada a primeira regulamentação das Moradias Estudantis da UFSM, gerando grande debate não só entre os estudantes moradores, mas em toda a universidade.

A resolução 011/99, que “institui o Programa de Moradia Estudantil no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria” (UFSM, 1999), partiu de uma proposta de regulamentação das moradias, encaminhada pela PRAE às Diretorias das CEUs. No sentido de apresentar uma contraproposta, os estudantes criam uma comissão de moradores para avaliar e apontar quais as principais modificações.

O principal item de discordância estava na proposta de controle de vagas, que por parte dos estudantes feria a autonomia estudantil na gestão das CEUs. O curto prazo para debatê-los com todos os moradores e a urgência do Conselho Universitário (CONSU) em colocar este processo em pauta, levaram os moradores a decidir por uma intervenção direta na reunião do CONSU, pedindo a palavra em defesa de sua proposta.

No dia 30 de junho de 1999, na 587ª sessão do Conselho Universitário, o processo nº 096/99 que encaminhava a proposta de regulamentação da Casa do Estudante, entrou em discussão, sendo que já havia sido pauta anteriormente, onde o conselheiro estudante Fabrício Frizzo Pagnossim pediu vistas ao processo<sup>40</sup>. Imediatamente, Fabrício solicitou a plenária do conselho que uma comissão de cinco estudantes pudesse prestar esclarecimentos sobre o processo. Importante colocar, que após solicitar, seguiram-se um número expressivo de colocações de conselheiros contrários a esta exposição. Ao mesmo tempo, outros conselheiros consentiram, desde que o pró-reitor de assuntos estudantis, então o prof. João Luís Roth, também pudesse colocar sua opinião.

No decorrer do relato da ata, se percebeu um descompasso entre a compreensão de “participação” por parte do pró-reitor e dos estudantes. O prof. Roth em sua explanação, relatou que “foi feita uma série de discussões com o conjunto dos estudantes, especificamente, seus usuários: estudantes da CEU I, da CEU II e o DCE. [...] A Pró-Reitoria sempre pautou a sua conduta numa grande discussão, de forma democrática onde foram discutidos ponto a ponto, o que era consenso ou não”(UFSM, 1999). Em sua colocação deixou a entender, que houve um grande processo de discussão, envolvendo as entidades de representação estudantil.

Em contraponto, os estudantes alegaram que apesar das reuniões e do encaminhamento de propostas por parte dos moradores, após o parecer da

---

<sup>40</sup> Vistas ao processo refere-se a possibilidade que qualquer conselheiro pedir que o processo seja retirado da pauta, para que possa ser melhor analisado por este, retornando imediatamente na reunião seguinte, sendo apresentado um parecer de vistas que será analisado junto ao parecer inicial e votado.



Procuradoria Jurídica da UFSM, houve várias alterações. O acadêmico João, do curso de Agronomia colocou sua indignação frente a forma como foi encaminhada a proposta,

A respeito do processo de discussão, disse que ou a PRAE os enganou e os fez “de bobo”, ou também foi enganada e feita “de bobo”. Se chegou a uma proposta com algumas divergências. Num “canetasso” da PROJUR que prima mais pela legalidade do que pela legitimidade, encaminhou a este Conselho esta proposta de regulamentação (UFSM, 1999).

Além disso, João traz a tona algumas das divergências, como a criação de m Conselho de Administração das Moradias que ficaria responsável pela coordenação do Programa de Moradia.

Se referiu ao Artigo que trata do ingresso na Casa que determina um local com vagas determinadas pela Pró-Reitoria e por uma Conselho de Administração que não se tem ideia de como vai funcionar. Não consta no artigo qual o percentual de voto que cada participante vai ter (UFSM, 1999).

Os estudantes se utilizaram do argumento da parcialidade da PROJUR para demonstrar os limites da proposta final de resolução. Este aspecto é de suma importância na compreensão da importância do Movimento Estudantil na construção da assistência estudantil, principalmente na decisão de um marco regulatório. A instrumentalização dos movimentos sociais no que tange o viés jurídico-legal é uma grande ferramenta na conquista de direitos e avanço em suas pautas.

O Conselho Universitário, como um espaço “privilegiado” da instituição, acaba por refletir a estrutura excludente e opressora da universidade. Sendo 70% composto por docentes e 30% estudantes e Técnico-administrativos em Educação (TAE), representa exatamente o contrário da realidade universitária, onde a maioria são estudantes.

Justamente por serem excluídos nesta estrutura “engessada”, é que os estudantes historicamente questionam a forma de participação e decisão das questões no espaço universitário. Isto não significa, entretanto, que o ME reivindique a inversão da opressão, excluindo os docentes dos processos decisórios, mas sobretudo, que todos os segmentos possam ser justamente representados, como sujeitos coletivos que constroem a universidade em seu cotidiano.

Neste contexto, os estudantes sentem a necessidade de se posicionar e construir argumentos qualificados, levando em conta seus objetivos e os posicionamentos contrários a estes. Pode-se perceber este fator em uma colocação

do conselheiro estudante Fabrício, que utilizou o argumento de ser acadêmico do curso de Direito para fortalecer suas posições,

O conselheiro Fabrício Frizzo Pagnossim referindo-se a fala do Prof. Robson, disse que como acadêmico de Direito, além de saber das atribuições da Procuradoria Jurídica, também sabe que a Lei pode ser usada, da maneira que bem quiser, por quem tem o domínio sobre ela. Disse que existe uma norma básica no Direito que a Lei é como chuva, nunca cai parelha (UFSM, 1999).

O debate no CONSU se estendeu, não se chegando a consenso, sendo encaminhado pelo prof. Vice-Reitor Clóvis Silva Lima, a proposta de adiamento da decisão para uma próxima sessão do conselho, incentivando inclusive, que os demais conselheiros se inteirassem do assunto.

Na sessão seguinte de nº 588, em 28 de agosto de 1999, a pauta foi retomada pelo prof. Reitor Paulo Sarkis, a fim de que fossem votados os destaques solicitados pelos estudantes e pelos demais conselheiros. Após alteração em diversos artigos, a votação foi unânime pela aprovação da resolução, posteriormente denominada 011/99. Ao final, o vice-reitor Clovis disse “que considera esse momento, histórico na Instituição” e que finalmente “se dá à moradia estudantil uma normatização”(UFSM, 1999).

Esta manifestação confiante pode demonstrar, em parte, como a normatização é considerada um ponto positivo na gestão de políticas públicas. Por um lado, a criação do Programa de Moradia Estudantil, pode representar um avanço, pois garantiu a estabilidade legal deste direito. Entretanto, para que seja de fato um avanço, é preciso que haja conjuntura política e social, junto à adesão popular. Um direito garantido por um marco legal, quando conquistado a partir da base adquire outro sentido, inclusive para os próprios sujeitos.

De acordo com Martins (2013), a institucionalização dos direitos pressupõe a responsabilização dos sujeitos, na sua construção e defesa.

Nessa polaridade, certo é apenas que os direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que emergem como condições extrajurídicas e juridicamente institucionalizadas que permitem a cada cidadão (enquanto indivíduo livre e igual aos demais) a conformação à lei, são também uma consequência da decisão recíproca desses cidadãos, que decidem regular suas vidas em comum por intermédio do direito positivo racional, o qual transfere para as leis o peso das normas morais que dantes, num estágio convencional, era carregado pelos próprios indivíduos (MARTINS, 2013, p. 125).

Para tanto, é necessário que estes, enquanto cidadãos sejam protagonistas do processo, no interior de um debate amplo e democrático, sendo assim, um “processo complexo”.

Através dos discursos racionais, todos os cidadãos participam no processo de elaboração das normas como autores do direito ao qual, posteriormente, se submetem como destinatários e deduzem direitos humanos fundamentais que são de interesse simétrico de todos. Portanto, a produção das normas deve ocorrer no interior do debate público, com a participação ativa dos cidadãos, a qual deve fornecer o substrato da adequação normativa ao Estado de direito (MARTINS, 2013, p. 125).

Um fato interessante, de ordem político-institucional que também deve ser levado em consideração quanto à assistência estudantil nos anos 90 foi a pesquisa do perfil dos estudantes da UFSM realizado em 1995. Esta pesquisa foi encabeçada pela Pró-Reitora Aldema Menine Trindade<sup>41</sup> junto às coordenações das CEUs e demais moradores. Na sessão do CONSU onde foi aprovada a resolução 026/99 em relação às bolsas de auxílio, Aldema fez uma breve explanação acerca dos resultados desta pesquisa.

Acrescentou que pretendem dar ampla divulgação à pesquisa, porque a mesma faz parte de um movimento de defesa da moradia estudantil, sendo que este trabalho está sendo feito a nível nacional. Continuou dizendo, que três pontos importantes podem ser destacados: primeiramente quanto à origem dos alunos; 10% do total de alunos reside em moradia estudantil. A UFSM está entre as três maiores moradias do país. Neste sentido, a UFSM tem um destaque nos seus programas de assistência, já que é considerado que o acesso à Universidade é conclusão do Curso. Desses alunos que estão em Moradia Estudantil, 50% são oriundos do meio rural; 27% estão na área das Ciências Agrárias, seguem-se alunos das Ciências Humanas e Saúde com índice de 17%, respectivamente. Outro fato interessante é que 86% desses alunos são oriundos de escolas públicas. Quanto ao número de alunos bolsistas, a maioria das bolsas de Iniciação Científica estão nas Moradias Estudantis, sendo que 61% desses alunos apresentam um desempenho acadêmico considerado alto, sendo 7,0 à 10,0. (UFSM, 1995).

Esta pesquisa teve grande relevância no sentido em que apontou o real perfil dos estudantes residentes na Moradia Estudantil, desmistificando o estigma ligado a estes estudantes, comprovando seu alto desempenho acadêmico. A partir destes dados, a luta pela moradia como direito estudantil e investimento público se fortaleceu, desde que traz resultados não somente a vida dos estudantes, mas a própria produção acadêmica.

---

<sup>41</sup> Devido a uma relação conjugal, seu nome foi alterado para Aldema Menine McKinney. Aldema foi a única mulher a ocupar o cargo de Pró-Reitora como titular, tendo sido coordenadora nacional do FONAPRACE no período de 1996/1997. Atualmente Aldema é aposentada pela UFSM.

Figura 11.



Ilustração enviada ao Jornal Pombo Correio.  
Fonte: Arquivo CEU II, maio de 1997.

Os fatos ocorridos nos anos 1990 foram cruciais nos debates posteriores quanto à assistência estudantil na UFSM, principalmente pela ocupação dos espaços burocrático-legais da instituição, por parte do Movimento Estudantil. A consolidação destes espaços como arenas de debate rumo a consolidação de direitos, põe na roda um velho debate, a participação e representação estudantil na UFSM.

#### **4.3 Anos 2000: das Grandes Greves às Grandes Conquistas**

Os primeiros 10 anos do novo milênio iniciaram no embalo das grandes greves que vinham sendo deflagradas desde 1998. O avanço da política neoliberal voltada ao enxugamento da máquina estatal e o conseqüente corte nas políticas públicas e sociais, foram responsáveis pela crescente indignação de parcela da população. O setor ligado às políticas públicas e ao serviço público viu-se obrigado a sair às ruas para lutar, mas desta vez, a pauta não era o avanço como nos anos 80, mas sim, contra o retrocesso.

O governo de FHC, que como relatado no sub-capítulo anterior, se iniciou em meados dos anos 90, apesar de ser reeleito em 1998, teve um declínio enorme e uma rejeição crescente até 2002. Uma das áreas mais afetadas pela política de cortes orçamentários, sem dúvida, foi a Educação, em todos os seus níveis.

No que se refere ao Ensino Superior, ficou claro o propósito deste governo em adotar medidas de corte de gastos, avanço na intervenção privada e o “sucateamento” das universidades federais, visto que não havia incentivo financeiro à construção, ampliação ou reforma estrutural, muito menos para a criação de mais cursos. As greves ocorreram principalmente entre 1999 e 2001, sendo quem em 2000 ocorreu uma greve que durou 87 dias, com paralisação em 32 universidades. Neste ano houve uma paralisação na UFSM encabeçada pelos estudantes, aglutinando docentes e Técnico-administrativos em Educação, que “trancou” o arco na entrada da universidade durante três dias consecutivos.

Já em 2001, houve uma das maiores greves de todos os tempos, paralisando 52 IFES, por 110 dias, conquistando R\$5 milhões para a assistência estudantil em nível nacional. A pauta principal deste período, era a defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, desde que a posição daquele governo era de um claro “desmonte” das instituições públicas.

No que tange a assistência estudantil, desde 1997 o MEC<sup>42</sup> não disponibilizava recursos específicos para a manutenção das estruturas existentes, muito menos para a ampliação. Assim, as universidades mantinham por meio de recursos próprios a assistência estudantil, dispondo de uma parte significativa do orçamento interno, principalmente para o pagamento de bolsas, manutenção de Casas dos Estudantes e Restaurantes Universitários.

Em 2003, com a eleição de Luis Inácio “Lula” da Silva, do Partido dos Trabalhadores<sup>43</sup>, os movimentos sociais, grupos políticos e militantes em geral, alinhados a um pensamento de esquerda, alimentaram a expectativa de uma ruptura com o atual modelo de governo. A esperança era de que, em se tratando de um

---

<sup>42</sup> Durante o primeiro governo FHC (1995-1998), houve corte da verba específica para a assistência estudantil junto ao Ministério da Educação, retornando somente em 2003. “Em 1995 e 1996, as Ifes receberam, respectivamente, cerca de 33 milhões e 37 milhões de reais para manter os programas de assistência. Contudo, desde 1997 a rubrica “assistência estudantil” não consta mais do orçamento do governo federal” (SANTOS, 2001).

<sup>43</sup> O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980, com apoio dos movimentos sociais e (sindicais, estudantis, camponeses, religiosos) e partidos de esquerda. Elegeu diversos governadores estaduais, em 2002 o presidente federal Luis Inácio “Lula” da Silva, e em 2010 a primeira mulher presidenta da república, Dilma Vana Rousseff.

governo dito de esquerda e progressista, houvessem mudanças profundas já nos primeiros meses de governo.

Na pauta da educação, é preciso compreender, é claro, que o Ensino Superior estava em completo descaso, desde 1997, quando foram cortados os investimentos em assistência estudantil. A completa ruptura, em um governo de ampla composição partidária, era praticamente inalcançável. Entretanto, o Movimento Estudantil, assim como os setores dos Técnico-administrativos em Educação e docentes organizados, sempre estiveram com seus punhos cerrados e com suas pautas em mãos.

Na UFSM a situação refletia a conjuntura nacional, onde houve greves encabeçadas pelos os três segmentos, com intensa mobilização. O maior impasse para os estudantes, e que foi pauta em todas as paralisações, foi questão da alimentação. Em razão da paralisação dos servidores técnico-administrativos em educação, o Restaurante Universitário era fechado, o que gerava conflito entre os estudantes que apoiavam a greve junto aos TAE, e os estudantes que eram contra em razão do fechamento dos RUs.

Neste ponto podemos destacar a importância da organização estudantil, e da organização social como um todo. Como Gohn coloca, nos movimentos sociais os sujeitos são levados a refletir sobre sua realidade em particular, mas também sobre o contexto político-social ao qual estão inseridos.

Essas fontes e formas de saber, no caso dos movimentos, constituem um instrumento poderoso das classes populares, no sentido de atingirem seus objetivos. Este saber gera mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído, ainda que seja um poder exercido por um administrador popular. [...]

O saber popular politizado, condensado em práticas políticas participativas, torna-se uma ameaça das classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais, através dos conselhos etc.(GOHN, 2012, p. 57).

Esta particularidade traz à tona a origem deste conflito entre os estudantes: a não compreensão do real “inimigo”. O motivo do fechamento dos RUs não estava na “má vontade” ou “insensibilidade” dos servidores, mas sim num contexto mais amplo de mobilização e pressão a Reitoria e ao Ministério da Educação.

Percebe-se, a importância da mobilização e do constante fomento à participação estudantil nos espaços de discussão e decisão política, pois é justamente aí onde se evidenciam os conflitos estruturais da universidade. Em um registro de Assembleia Geral da CEU II, que tinha por pauta a greve de 2003, os

estudantes trouxeram a necessidade da ampla divulgação e participação dos moradores e estudantes em geral.

[...] é importante estarmos interados e participando [da greve], pois também somos afetados, pois os professores se aposentam e não são repostos. Precisamos nos posicionarmos, visando a defesa da Universidade Pública (CEU II, Ata 02/03. Livro 03, folha 60 – 16/07/1991).

Neste contexto de mudança de governo, em 2004 o então Ministro da Educação Tarso Genro, apresentou o anteprojeto de lei que institui a Reforma Universitária. A reforma propunha alterar a forma de entrada no Ensino Superior; mecanismos de acesso a vagas privadas aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica; ampliação das vagas na rede federal; e a criação de instrumentos nacionais de avaliação.

Eis uma das maiores falhas da construção e gestão de políticas públicas, a falta de diálogo e interação com os movimentos sociais. Não havendo concordância dos setores sociais interessados (neste caso, movimento estudantil, organizações sindicais dos docentes e TAEs), o projeto foi “engavetado”, estando parado até hoje.

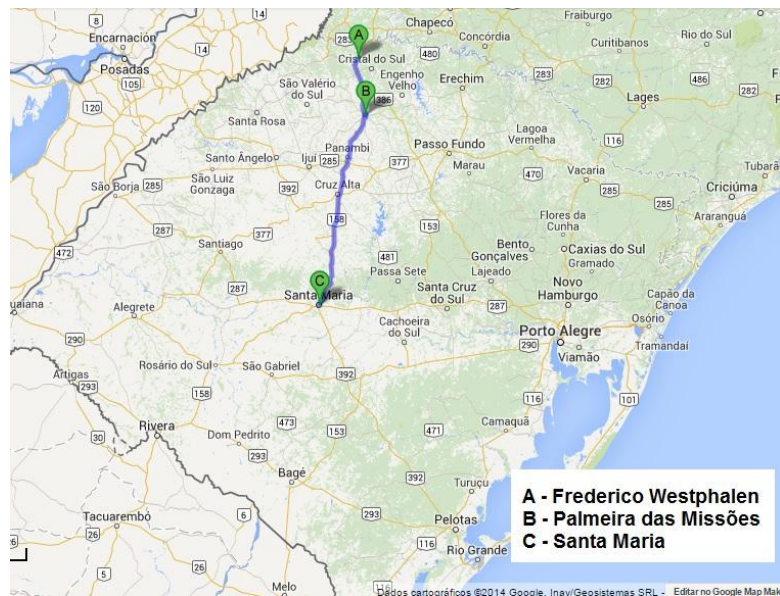
Apesar da não aprovação do projeto da Reforma Universitária, pode-se dizer que parte de suas propostas foram sendo implementadas ao longo dos anos 2000, como projeto e programas segmentados. O primeiro deles foi a criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI)<sup>44</sup>, em 2005, que subsidia vagas no Ensino Superior em instituições privadas ou comunitárias via recursos estatais e abate fiscal. O PROUNI, apesar de ter garantido a democratização do acesso ao Ensino Superior, principalmente por ter como critério a condição socioeconômica do estudante, acaba por ser um alto investimento público, que poderia ser revertido na construção e ampliação de IFES, garantindo maior regulação do próprio Estado.

Além do PROUNI, em 2005 iniciou um processo de interiorização das universidades federais, com o incentivo a construção de novos campi. No Rio Grande do Sul, por exemplo, houve a criação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, com dez campi em toda região da Campanha. Com o mesmo propósito, em 2007 foi criado o Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul – CESNORS, vinculado a UFSM, com campus em Frederico Westphalen e Palmeira das Missões.

---

<sup>44</sup> Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005.

Figura 12.



Mapa representativo da localização do CESNORS em relação ao Campus Sede, 2014.  
 Fonte: Google Maps. Gerado em 20/11/2014 às 23h.

Esta expansão apontou novas demandas para a gestão das universidades. Com a ampliação de vagas, principalmente em cidades de menor porte, surgiram os impasses quanto a construção das novas estruturas para salas de aula e laboratórios, além da assistência estudantil. Nestes novos campi o debate da permanência estudantil, se deteve inicialmente, à própria inexistência de estrutura para a implantação dos cursos, falta de docentes, dificuldade de acesso aos campi, falta de laboratórios e salas de aula de qualidade.

Este panorama se intensificou com a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>45</sup>, que tem por objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”(BRASIL, 2007).

O REUNI foi uma proposta de expansão das universidades federais com vistas a ampliação das vagas e criação de novos campi, sendo que seria papel das universidades aderir ou não, apresentando um projeto com as etapas e recursos necessários.

<sup>45</sup> Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.



Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos [...] (UFSM, 2007).

Mesmo respeitando a autonomia universitária, uma das falhas na implementação do REUNI, foi em relação à insuficiência de recursos para todas as demandas da reestruturação. As IFES que expandiram cursos, ou que abriram novos cursos, enfrentaram dificuldades em garantir tanto estrutura física, concursos públicos para docentes e TAEs, recursos pedagógicos (livros, materiais, laboratórios). Somando-se a este contexto de desafios, surge a demanda, principalmente por parte dos estudantes, da garantia de assistência estudantil.

Mesmo havendo recursos previstos pelo próprio REUNI, as Reitorias e o próprio MEC foram intensamente pressionados pela ampliação dos recursos para a assistência estudantil. Uma das pautas que se intensificou nos primeiros anos do REUNI, foi a preferência pela construção de estruturas permanentes (moradias e RUs) em detrimento das bolsas de caráter provisório.

Em resposta a esta demanda, logo em seguida, o Governo Federal instituiu a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES/2007 também surge como resposta ao Plano de Desenvolvimento da Educação<sup>46</sup>, que estabelecia como uma de suas prioridades a

promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica (BRASIL, 2007)

Este Programa se concretiza como lei, a partir de 2010, quando é relançado na forma do Decreto nº. 7.234 de 19 de julho de 2010, que torna o PNAES uma política pública.

O PNAES/2007, mesmo ainda como portaria, apontou uma nova diretriz na consolidação de programas de assistência estudantil nas IFES. Este fato trouxe para as gestões, principalmente as Pró-Reitorias, a necessidade de voltar-se à sua realidade e reestruturar a atenção ao estudante. No caso da UFSM, como já

---

<sup>46</sup> Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que “Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação [...]” (BRASIL, 2007).

apontado no subcapítulo anterior, já vinham sendo estruturados alguns direitos a partir da normatização.

Como já relatado, em 1999, foi aprovada a resolução que instituiu o Programa de Moradia na UFSM, sendo a primeira legislação voltada a regulação das casas do estudante na instituição. Neste mesmo caminho de normatizar o acesso ao direito, entre os anos de 2000 e 2001, foi aprovada a resolução 012/00 que “regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios a alunos carentes”(UFSM, 2001).

Esta resolução especifica os critérios de acesso aos benefícios, também discriminados. Os benefícios naquele período eram a Bolsa alimentação; Bolsa transporte; e Moradia Estudantil. Importante ressaltar, que o caráter destes benefícios era gratuito, mas que a cada dois anos haveria atualização do cadastro socioeconômico de cada beneficiado. No ano de 2003, ambas as resoluções (concessão de benefícios e acesso a moradia) foram revogadas, devido a sua atualização.

Seguindo na linha dos fatos ligados as normativas internas da UFSM, em 2006, a UFSM viveu um avanço significativo no que tange a permanência dos estudantes em geral. Neste ano foram alteradas as resoluções anteriormente citadas, incluindo os estudantes dos cursos de pós-graduação. Este fato significou um enorme avanço na ampliação da concepção de assistência estudantil, abarcando estudantes para além do ensino médio, técnico e graduação, que já vinham sendo atendidos.

Frente à necessidade de atualizar as resoluções de moradia e benefícios, são discutidas, em 2008, sendo segmentadas entre os níveis médio, técnico e graduação e pós-graduação. Para além da instituição de instrumentos legais próprios, algumas alterações de texto podem ser consideradas importantes para análise. Uma delas é a própria concepção de benefícios, retirando-se os termos “carência” e “carentes”, utilizando-se então, a expressão “vulnerabilidade socioeconômica”.

Esta modificação surge também da necessidade de adequar-se ao PNAES/2007, que já trazia enquanto portaria esta nova nomenclatura. Este fato representa um avanço significativo em se tratando de políticas públicas, pois passa a tratar o estudante como sujeito, não lhe imputando um adjetivo. Assim o público-

alvo desta política não se trata de “estudantes carentes”, mas sim, de “estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica”.

Neste período, a UFSM inicia por um intenso processo de ampliação, em razão de sua adesão ao REUNI em 2007. Pode-se perceber o impacto desta adesão nos números de matriculados e, principalmente, na quantidade de estudantes atendidos pelo programa de assistência estudantil.

Tabela 01. Relação de matrículas e estudantes beneficiados/UFSM 2002-2013

	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Matriculados Graduação/presencial*</b>	11.966	11.687	12.351	12.803	17.483	18.462
<b>Estudantes beneficiados**</b>	3.584	3.300	2.890	3.110	6.616	6.998

\*Fonte: DERCA/PROGRAD

\*\*Fonte: Relatórios de Gestão/UFSM, disponíveis em: <http://site.ufsm.br/ufsm/relatorios-de-gestao>

Pode-se perceber o salto qualitativo que a assistência estudantil no que tange o número de estudantes assistidos. Entretanto, se considerarmos, que os números dos estudantes beneficiados abarcam também os estudantes do ensino técnico, médio e médio integrado ao técnico, acaba sendo um número ainda reduzido. Além de que, a partir de 2006, os estudantes pós-graduandos também passam a acessar os benefícios, como a própria Moradia.

O Movimento Estudantil, nesta década de grandes greves e grandes conquistas, teve papel fundamental, principalmente na visibilização da pauta da assistência estudantil. Deste período destaca-se um fato interessante, a Campanha e a Jornada de Luta pela Assistência Estudantil, encabeçadas pelo DCE junto as Diretorias das CEUs e os DAs em 2006, 2007 e 2008. Naquele momento, a UFSM chegava num limite quanto à capacidade de atendimento, com somente um Restaurante Universitário no Campus. As filas gigantescas para as refeições no RU acabaram se tornando um assunto constante nas rodas de conversa e nas pautas de reivindicação.

A proposta do Movimento Estudantil era a construção de um novo Restaurante Universitário no Campus, desde que além do REUNI, havia a proposta da Reitoria de que os cursos que ainda estavam alocados no Centro da cidade fossem deslocados para o campus. Os estudantes utilizaram este fato como argumento, somando-se à fila, que cumpriu um papel de “representar” a indignação, além da organização da Campanha pela Assistência Estudantil, que se transformou em Jornada de Lutas, em 2008 o ME conquistou a construção do novo RU-Campus, inaugurado em 2010.

Figura 13.



Fila para entrar no Restaurante Universitário - Campus, 2007.  
Fonte: Acervo Pessoal de Pedro Sérgio da Silveira, 07/05/2007.

Além da fila do RU, uma pauta de reivindicação do ME, era o reajuste das bolsas de auxílio ao estudante, popularmente conhecidas como “bolsa-trabalho”, instituídas pela resolução 026/95. Com a Campanha pela Assistência Estudantil, que culminou em uma Ocupação de Reitoria, foi conquistado o reajuste das bolsas, passando de R\$90,00 para R\$130,00, devendo ser reajustadas anualmente. Além disso, foi conquistada a garantia do término dos blocos 34 e 35 até fim de 2008, sendo que o bloco 35 só foi concluído em 2011.

De modo geral, durante os anos dois mil, assim como nas demais décadas, as pautas do ME estiveram intensamente vinculadas à situação geral das universidades e do país. Este fato reforça o caráter conjuntural do ME, isto porque suas pautas acabam tendo um alcance social muito restrito em relação à conjuntura nacional. Até então foram apresentados os primeiros conflitos gerados pela implementação do PNAES/2007, que se aprofundam com a sua constituição enquanto decreto federal a partir de 2010, que será aprofundado no subcapítulo que segue.

#### **4.4 A Conquista do PNAES/2010 e o Desafio das Universidades Federais**

Neste quarto e último subcapítulo será abordada a assistência estudantil da UFSM entre 2010 e 2013, a partir da aprovação do decreto federal que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil em 2010. O PNAES/2010 surge como um mecanismo de normatização do direito a permanência no Ensino Superior, tendo como objetivos:

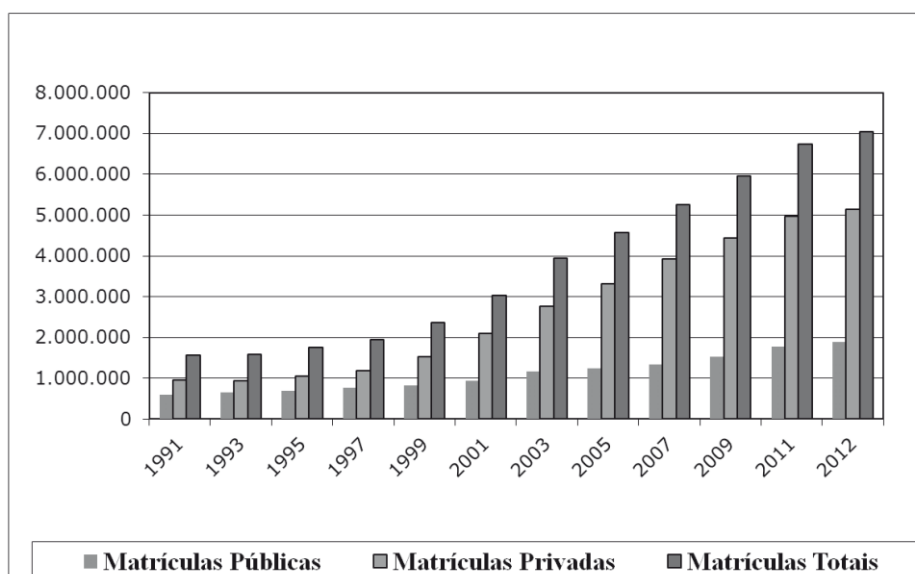
- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

A conjuntura política naquele período era, assim como parte dos anos 2000, de reivindicação por avanços. Interessante pontuar a drástica alteração da situação da educação pública no Brasil, em praticamente duas décadas, passando de um panorama de total desmonte e retrocessos, para um contexto de luta por avanços.

Este fato se concretiza nas próprias pautas de reivindicação. Em 1998 as greves eram pelo fim dos cursos pagos, pelo retorno da rubrica da assistência estudantil, por concursos públicos. Mesmo com a movimentação entorno da reforma universitária em 2004, a conjuntura passa por um giro, principalmente a partir do incentivo a interiorização e com a instituição do PNAES via portaria em 2007. O fechamento das universidades não se configura em um risco iminente.

Com a eleição da presidenta Dilma Rousseff em 2010, esperava-se que houvessem avanços ainda mais significativos em relação a defesa do ensino superior público. E de fato, em seu governo a expansão continuou, sendo criadas 4 novas universidades federais<sup>47</sup>, além de 208 escolas técnicas até o final de 2014. Apesar da expansão significativa de vagas em IFES, o maior crescimento, tanto no governo Dilma, quanto nos dois governos Lula, se deu no ensino privado, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 01. Relação de matrículas das instituições de ensino do Brasil entre 1991-2012



Fonte: INEP.MEC. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Brasília: INEP, 1991-2012.

Este aumento abrupto do número de matrículas no ensino privado pode estar relacionado com o incentivo do governo federal através do PROUNI, ampliando o acesso ao ensino superior a partir de vagas subsidiadas. Contudo, no ano de 2012, foram ofertadas 264 mil bolsas (parciais e totais) através do PROUNI<sup>48</sup>, não sendo uma justificativa plausível. Esta ampliação massiva decorre principalmente da falta de regulação das instituições de ensino superior na rede privada, além do avanço da

<sup>47</sup> Universidade Federal do Cariri (UFCA), no Ceará, Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba).

<sup>48</sup> Fonte: Sisprouni 2014, Prouni 2005-2º/2014. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>

concepção mercadológica da educação. Este processo se iniciou nos governos FHC, se aprofundando nos governos Lula.

Não se pode alegar, entretanto, que estes dados demonstram o “fim das universidades federais”, desde que o próprio ensino superior tem sido fomentado nestes últimos anos. Uma das propostas colocadas pelos movimentos sociais da educação é da regulamentação do ensino superior privado, forçando estas instituições a garantirem também acesso a assistência estudantil, a democracia nos espaços de decisão, além do fortalecimento da pesquisa e da extensão.

Em meio a este cenário contraditório, a aprovação do PNAES em 2010 representou um avanço na garantia de que cada vez mais, estudantes oriundos das classes socioeconomicamente mais vulneráveis, possam entrar e permanecer estudando. Além disso, trouxe uma nova demanda às IFES: a implementação de programas específicos de assistência estudantil, contemplando as diretrizes postas pelo decreto.

A UFSM já vinha desde 1999 normatizando estes direitos através das bolsas de assistência (1995), o programa de moradia (1999) e o programa de benefícios (2000). Em 2011, a partir da ampliação do corpo técnico-administrativo, a Pró-reitoria apresentou uma nova proposta de estruturação do atendimento aos estudantes. Este projeto propunha a criação do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE), que seria composto por três setores: Setor de Benefício Socioeconômico (SBSE); o Setor de Atenção Integral ao Estudante (SATIE) e o Setor de Acompanhamento da Moradia Estudantil (SAMES).

Como já relatado no capítulo 3, sobre o contexto da UFSM, os estudantes se posicionaram de forma contrária a criação do SAMES, entendendo que este setor iria ferir a autonomia estudantil na gestão das vagas das CEUs. Em contraponto, a gestão da Universidade, na figura da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, sofria constante tensão por parte do Ministério Público Federal.

O processo que envolvia a UFSM, a PRAE e as Direções das casas, apontava a necessidade de maior controle institucional sob as vagas nas moradias. Houve diversas reuniões entre os envolvidos, a fim de que pudessem ser estabelecidos mecanismos de cogestão. Entretanto, em todos os casos, houve empecilhos tanto de parte dos estudantes quanto da gestão, para que não se concretizassem.

O que se pode afirmar, a partir da leitura da ata referente à aprovação do NAE no CONSU, dos manifestos e notas da Diretoria da CEU II e do DCE, é que em se tratando de patrimônio público, é preciso que haja transparência, e isso deve acontecer conjuntamente aos estudantes, desde que são os principais interessados. A gestão compartilhada entre o setor estatal e os movimentos sociais enquanto sociedade civil é um processo difícil de ser trabalhado, pois envolvem diferentes interesses, pontos de vista e responsabilidades.

Em relação à aprovação do NAE no CONSU, pode-se perceber um processo de desgaste na relação entre estudantes e reitoria, visto que haviam passado há alguns meses por uma tensa Ocupação de Reitoria, que durou 12 dias (01/09/2011 – 12/09/2011). A ocupação foi impulsionada por um conjunto de pautas específicas dos cursos e de pautas gerais que giravam em torno da permanência estudantil, principalmente em relação das Casas do Estudante. Como destacado no trecho a seguir, retirado do blog do DCE (<http://dceufsm.blogspot.com.br/>), as reivindicações do curso de Terapia Ocupacional foi um dos principais impulsos.

Hoje, o movimento estudantil volta a ocupar a reitoria, após decisão tomada em Assembleia Geral a qual deliberou pela Jornada de Lutas pela Assistência Estudantil, somando-se às lutas e ocupações que estão ocorrendo nacionalmente, para denunciar as precariedades vividas na realidade dos diversos cursos e exigir o atendimento de nossas pautas reivindicatórias. A ocupação foi impulsionada pela mobilização de diversos cursos, como Terapia Ocupacional e Medicina, que têm sofrido com a intensa precarização do ensino superior público, falta de professores, falta de assistência estudantil, infraestrutura insuficiente, terceirização e precarização do trabalho tanto de docentes, técnicos e estudantes, falta de democracia nos órgãos deliberativos (Blog do DCE, 13/09/2011. Acesso em: 21/11/2014).

No embalo das Ocupações, que também aconteceram em diversas outras IFES, em meados de 2012, a categoria docente junto aos estudantes, apontaram a necessidade de pressionar as Reitorias e o Governo Federal por meio de uma Greve Geral. Assim, pautando melhores condições de trabalho e salário, parte dos docentes da UFSM deflagrou greve em 28 de maio de 2012, alinhados ao Comando Nacional de Greve.

Diante a adesão de parte dos docentes a greve e a iminência da greve dos Técnico-administrativos, os estudantes realizaram uma Assembleia Geral no dia 30 de maio de 2012. Com a participação de mais de 600 estudantes, a Assembleia aprovou a deflagração da Greve Estudantil, apontando uma lista inicial de pautas gerais e específicas.



Figura 14.



Assembleia Geral de aprovação da Greve Estudantil da UFSM.  
Fonte: Blog do DCE, 01/06/2012. Acesso em: 21/11/2014.

As pautas da greve estudantil estavam bastante voltadas à assistência estudantil e outros aspectos da expansão universitária, como a agilidade nas obras da universidade, contratação de mais professores efetivos, em especial para os cursos do REUNI, do CESNORS e da UDESSM<sup>49</sup>. Além destas pautas centrais, haviam pautas voltadas à questão pedagógica dos cursos como um todo, como por exemplo, a criação de Disciplinas Complementares de Graduação (DCG) interdisciplinares, avaliação dos docentes pelos estudantes, curricularização da extensão, paridade entres os três segmentos em todos os conselhos e colegiados.

Quanto à assistência estudantil, é interessante salientar que as pautas tiveram um avanço histórico, rumo à ampliação da própria percepção deste direito. Percebe-se que a Moradia Estudantil e o Restaurante Universitário, permaneceram na ordem do dia, como pautas permanentes. Entretanto, há um acréscimo de pautas que abordam a assistência estudantil como um direito ampliado, como destacado no seguinte trecho retirado do Blog do DCE, em uma postagem de Cíntia Florence Nunes, integrante da entidade, no dia 08 de julho de 2012.

Além da moradia, acreditamos que a assistência estudantil inclui também pautas que estão relacionadas com a formação profissional como acesso a internet de qualidade, conversão das bolsas-trabalho em bolsas de auxílio que incentivem a pesquisa e extensão. Defendemos a política de

<sup>49</sup> Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins.

assistência estudantil como forma de resistência, fortalecendo nossa luta por uma universidade que, como cita Che Guevara: “se vista de povo”, que seja socialmente referenciada e que esteja a serviço da população. Uma universidade pública, democrática e popular! (Blog do DCE, 08/07/2012. Acesso em: 21/11/2014)

A greve estudantil se estendeu até o dia 10 de setembro, totalizando 104 dias de greve. Os docentes decretaram fim a greve em 13 de setembro. Na página do Blog do DCE podem ser consultadas as conquistas da greve, das quais destacamos:

- O aumento do teto do Benefício Socioeconômico a partir de 2013;
- Internet nas CEUs em FW; [...]
- Criação de bolsas-permanência no valor de R\$315,00 também para os estudantes da UDESSM e CESNORS;
- Ajuda de custo para estudantes de cursos onde há custos elevados em materiais; [...]
- Instalação de resfriadores de ar para o RU- 2 de Santa Maria, (Blog do DCE, 12/09/2012. Acesso em: 21/11/2014)

Pode-se afirmar que a Ocupação da Reitoria, em 2011, e a posterior Greve Geral, em 2012, são reações dos movimentos sociais da educação frente aos limites da expansão universitária proposta pelo MEC através do REUNI. Estes limites atingem a qualidade da formação dos estudantes, mas não somente no que tange a falta de docentes ou de estrutura adequada de laboratórios e salas de aula, mas principalmente nas condições de vida do estudante.

Interessante observar como a implementação do PNAES/2010 impulsionou a ampliação da concepção da assistência estudantil. Mesmo que diversas instituições já dispusessem de estruturas como consultório odontológico, ou ambulatório /Unidade Básica de Saúde, o acesso à saúde se tornou direito de permanência somente a partir do PNAES/2010, que estabeleceu como diretriz nacional. Isso se estende ao auxílio para material didático e o próprio auxílio-creche.

Muitos destes avanços já faziam parte das reivindicações estudantis desde os anos 90, assim como pelo próprio FONAPRACE, que teve papel importantíssimo na visibilização destas necessidades a partir das pesquisas nacionais do perfil dos estudantes desde 1997. A normatização destas pautas como direito instituído como decreto garante maior legitimidade e exigibilidade por parte dos estudantes e pró-reitorias.

*“A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado [...]” Karl Marx<sup>50</sup>*

<sup>50</sup> MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo : Boitempo, 2011, p. 25.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem, sobretudo, um dever político e histórico: resgatar uma trajetória e desvelar a realidade dos sujeitos que a viveram. Seria demasiada pretensão desta pesquisadora, afirmar, que este trabalho está completo, e que não há nada mais a ser evidenciado.

Ao fim desta pesquisa, a única certeza que se tem, é que a trajetória da assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria não pode ser sistematizada sem levar em consideração a participação dos estudantes e do Movimento Estudantil. Percebe-se que em todos os fatos que envolvem a formalização de um direito, está presente a participação ativa dos estudantes.

Tratando-se de um trabalho que é resultado de uma pesquisa em Serviço Social, o objetivo não é somente resgatar e sistematizar a realidade, mas inclusive, apontar caminhos e possibilidades de intervenção. Como apontado por Setubal,

A pesquisa que considera o homem, os grupos, ou populações, como simples objeto de estudo e que tem por finalidade apenas o cumprimento de exigências acadêmicas ou a satisfação de necessidades de agências financiadoras jamais se corporifica como práxis, pois fica patenteado o seu sentido estritamente utilitário (SETUBAL, 2013, p. 187).

A pesquisa em Serviço Social deve levar em consideração os sujeitos do seu trabalho, como seres sociais com autonomia e uma trajetória socio-cultural que não pode ser ignorada. Uma pesquisa voltada a “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993)<sup>51</sup>, traz em si o desvelamento do real e as possibilidades para sua transformação. Assim, a seguir serão apresentadas algumas considerações e proposições de intervenção em relação a gestão da assistência estudantil e a participação estudantil, a partir da realidade pesquisada.

A participação social retoma seu valor social a partir da abertura política no período final da Ditadura Militar, culminando no processo de redemocratização do Estado. Neste período os movimentos sociais retomaram sua força, com a possibilidade de saírem as ruas e expressar sua opinião, além dos sindicatos, partidos e demais organizações terem saído da ilegalidade. O mote naquele

---

<sup>51</sup> Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, aprovado em 15 de março de 1993. Conselho Federal de Serviço Social.

momento era a construção de uma Constituição que abarcasse as demandas reais da população, e que tivesse no Estado a figura de um promotor de direitos e cidadania.

Muitas destas pautas não foram atendidas, desde que as forças conservadoras no espaço legislativo tiveram mais força de decisão naquele período. Mesmo assim, a Constituição Federal (CF) de 88 traz em si muitos avanços no que tange os direitos sociais, principalmente, como a própria instituição da Seguridade Social, abarcando o tripé saúde, assistência social e previdência.

Um dos seus avanços mais importantes no que trata da participação social é o estabelecimento de novas formas de gestão de políticas públicas, instituindo os conselhos gestores. Nestes conselhos, tanto o Estado quanto à sociedade civil têm poder de participação, proposição e avaliação de políticas públicas. Sem dúvidas, este foi um grande marco para os direitos sociais no Brasil.

A criação dos conselhos gestores causou impacto em todos os setores da sociedade civil, principalmente os movimentos sociais, inclusive o movimento estudantil. É neste contexto de grande mobilização e determinação do Estado como promotor de direitos, que o Movimento Estudantil na UFSM retoma suas pautas e mobilizações, após anos de intensa repressão e violação de direitos.

Por meio de ocupação, greves e manifestos, o movimento estudantil, enquanto sujeito coletivo, atua como catalisador das demandas dos estudantes em geral. Neste sentido, os militantes do ME ao mesmo tempo são representantes e representados, desde que também vivenciam o cotidiano do mundo universitário. Em se tratando a assistência estudantil com uma política pública de educação, os estudantes, militante ou não, podem ser considerados usuários desta política, tendo o direito de participar da sua gestão.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil/2010 apresenta em um dos seus artigos a necessidade de se levar em consideração as demandas apresentadas pelos estudantes.

“Art. 4º - As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e **aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente**”(BRASIL, 2010, grifo nosso).

Apesar de incluir os estudantes na gestão do programa, determinando que sejam acolhidas as suas demandas, o PNAES/2010 não aponta a forma de operacionalização deste item, deixando a cargo das IFES a sua concretização. Este fato pode ser justificado pela necessidade da autonomia universitária, contudo, o que se percebe, é que por não estar definido no decreto, as universidades nem ao menos se debruçam neste tema.

Atualmente, são poucas IFES que têm instituídos órgãos como fóruns ou conselhos de gestão da assistência estudantil. E mesmo onde existem, têm um papel mais consultivo do que deliberativo, indo na contramão das demais políticas públicas, onde os segmentos participam da proposição, execução e avaliação das ações. Assim, uma das possibilidades apontadas a partir deste trabalho é do estímulo para que as instituições de ensino construam junto aos setores do movimento estudantil, fóruns ou conselhos gestores que debatam desde o orçamento, até as questões e conflitos na execução dos programas e políticas de assistência estudantil.

Para além da participação estudantil, o PNAES/2010 estabelece as áreas de atuação do programa a serem executadas pelas IFES, sendo estas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Assim, como a participação, estas ações não são definidas, não havendo uma diretriz para sua operacionalização. Deste modo, moradia estudantil pode se consolidar tanto como construção de casas ou alojamentos estudantis, como a disponibilização de bolsas-moradia. Novamente, a justificativa pode ser dar pela autonomia das universidades em executar de acordo com as suas possibilidades e limites locais.

Entretanto, poderia ser acrescentado um item quanto à priorização pela construção de estruturas e mecanismos permanentes de acesso a estes direitos, em detrimento de instrumentos de fácil dissolução, como a disponibilização de bolsas individuais aos estudantes. Esta pauta é tão antiga quanto a própria história das casas do estudante no Brasil. Optando-se pela construção de casas do estudante e restaurantes universitários, ao invés de bolsas, se reforça ainda mais o caráter de

“investimento”, pois há um acréscimo patrimonial e estrutural para a instituição, se tornando um “bem durável”.

Por fim, este trabalho não teria sido possível, se os arquivos e registros históricos simplesmente não existissem. Pode-se afirmar que há uma dificuldade histórica do Movimento Estudantil da UFSM em manter arquivos oficiais organizados e de fácil acesso ao público. Isso está relacionado à alta rotatividade das gestões das entidades, sendo que nem todos os grupos têm o mesmo respeito e responsabilidade pela história da organização estudantil na instituição.

Além da questão própria das entidades, a própria instituição não incentiva este resgate e a devida responsabilidade com o patrimônio político-cultural do Movimento Estudantil, e até certo ponto, da própria UFSM. Assim como é preciso construir uma cultura de participação, é urgente a instituição de mecanismos de resgate histórico do movimento estudantil. Uma possibilidade seria a criação de um museu para este fim, desde que, para além da pauta da assistência estudantil, o ME tem um acúmulo histórico em outras pautas, inclusive junto a outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Retomando o papel e a importância deste trabalho, acredita-se que a sistematização de experiências do hoje e do passado é a chave para o avanço e a consolidação de estratégias de transformação mais eficazes. Como aponta Holliday (2006, p. 23) entende-se que “sistematizar é conceitualizar a prática”, ou seja, a partir da sistematização, é possível aprofundar o olhar sobre a realidade, desvelando-a, percebendo em cada momento histórico, as “interpretações das pessoas, suas sensibilidades e afetos, suas esperanças e frustrações, suas crenças e paixões, as quais são decisivas para dar sentido à nossa prática” (Holliday, 2006, p. 57).

Através do conhecimento destas experiências, pode-se destacar o que é potencial para que hajam avanços, e o que historicamente tem levado ao fracasso. Assim, a prática se faz teoria, e a teoria se faz prática, num movimento que nunca para.

## REFERÊNCIAS

### - Bibliografias

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Mobilização e participação social: desafios para a intervenção do assistente social. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-080.pdf>. Acessado em: 30 jul.2010.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html). Acesso em: 09 de julho de 2014.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de julho de 2010.
- \_\_\_\_\_. **Portaria normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 de dezembro de 2007. Revogada pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Os limites do Movimento Estudantil - 1964 – 1980**. Universidade Estadual de Campinas – SP, 1987.
- FONSECA, Mônica Padilha. **O Movimento Estudantil como espaço dialógico de formação**. Monografia de graduação. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.
- FOUREZ, G. **A construção das ciências**: Introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE). Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 à 22 de outubro de 2005.

- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Educação não-formal e o educador social.** Revista de Ciências da Educação, Americana, n. 19, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez, 2012. 8ª ed.
- \_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.** In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza(org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 28 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994. 2. Ed. rev. – (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor)
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 20 ed - São Paulo, Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- \_\_\_\_\_. **As dimensões ético-política e teórico-metodológica no Serviço Social contemporâneo.** In: MOTA, A. E.et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006, p. 161-196
- KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2012.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- MALACARNE, Vilmar. **Assistência Estudantil nas instituições federais de ensino superior do estado do Rio Grande do Sul: do assistencialismo à cidadania.** Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.
- MARTINS, Clélia Aparecida. **Normas – o estabelecimento dos Direitos Humanos.** Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, p. 121-148, 2013. Edição Especial.



- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo : Boitempo, 2011.
- MERCADANTE, Aloizio. **Censo da Educação Superior 2012**. Ministério da Educação/ Governo Federal. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1379600228mercadante.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1379600228mercadante.pdf) . Acesso em: 08 de julho de 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª edição rev. e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.
- \_\_\_\_\_ . **O desafio da pesquisa social**. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2009. 28ª Ed.
- NETO, Teodoro Soares de Souza. **Reflexões sobre o Movimento de Casas de Estudantes e Assistência Estudantil**. In.: DAMBRÓS, Cristiane e LAMAIZON, José Paulo. **Vocalistas do amanhã: um compendio da diversidade estudantil**. Santa Maria - RS, Gráfica UFSM, 2008.
- PETRÓ, Cleber Monticelli. **O Movimento Estudantil universitário em Santa Maria (1979-1984): da reconstrução da UNE às "Diretas Já"**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz. **Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito**. Sociedade em Debate, Pelotas, 15(2): 111-125, jul.-dez./2009.
- SANTOS, Marcos Ricardo dos. Desassistidos. **Revista Caros Amigos** n. 56, Ano 05. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2001.
- SCHUCH Jr., Vitor Francisco. **A estrutura da Universidade em questão, o caso da UFSM**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1995.
- SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 2013. 5ª Ed.

#### **- Fontes e Documentos**

- Acervo Fotográfico – Departamento de Arquivo, Manifestação da CEU II, 1991. Geral/DAG.
- Acervo Pessoal de Pedro Sérgio da Silveira, 07/05/2007.
- Arquivo Diretoria CEU II, Manifesto da Direção da CEU II, 1984.
- \_\_\_\_\_, Informativo/PRAE, Santa Maria, 14/10/1998.

- Blog do DCE. Disponível em: <http://dceufsm.blogspot.com.br/>.
- CEU II, Ata de posse – Gestão 78/79. Livro 01, folha 23 – 28/10/1978.
- CEU II, Ata 01 – Gestão 80/81. Livro 01, folha 31 – 02/03/1981.
- CEU II, Ata 04/88, Livro 02, folha 45 – 01/09/1988.
- CEU II, Ata 06/93. Livro 02, folha 100 – 09/12/1993.
- CEU II, Ata 03/91. Livro 02, folha 81 – 26/03/1991.
- CEU II, Ata 02/03. Livro 03, folha 60 – 16/07/1991.
- INEP.MEC. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Brasília: INEP, 1991-2012.
- Jornal Folha da Tarde, de 04 de setembro de 1981, “Moradias mistas, reivindicação das alunas da UFSM”.
- Jornal A Razão, de 17 de setembro de 1987, “Estudantes são retirados à força de moradias da UFSM”.
- Jornal A Razão, 24, 25,26 de março de 1989, “Estes alunos não tem onde morar”.
- Memorial Online 50 anos UFSM (<http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>).
- Ofício 182/1983 do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis ao Presidente da - CEU II, de 23/06/1983.
- Relatórios de Gestão/UFSM, disponíveis em: <http://site.ufsm.br/ufsm/relatorios-de-gestao>
- UFSM, Ata da sessão 587<sup>a</sup>, 30 de junho de 1999.
- \_\_\_\_\_, Ata da sessão 588, em 28 de agosto de 1999.
- Sisprouni 2014, Prouni 2005-2º/2014. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>
- Site do DAG: <http://w3.ufsm.br/dag/index.php/>.